



ORIGEM DA LICITAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG.
MODALIDADE:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90115/2026
PROCESSO Nº:	P372105/2024
OBJETO:	CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE AR CONDICIONADO, COM EVENTUAIS SUBSTITUIÇÕES DE PEÇAS/ACESSÓRIOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

A titular da origem desta licitação torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na forma **ELETRÔNICA**, a qual será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) designado(a) nos termos do **Decreto Municipal nº 15.524**, de 09 de janeiro de 2023, auxiliado(a) pela equipe de apoio também designada formalmente por ato publicado no **DOM** e juntado ao processo, para a escolha da proposta mais vantajosa, objetivando a contratação do objeto desta licitação, observadas as normas e condições do presente Edital e seus anexos, e as disposições contidas nos **Decretos Municipais nº 15.913**, de 27 de fevereiro de 2024, **nº 15.608**, de 31 de março de 2023, **nº 15.595**, de 22 de março de 2023, **nº 15.604**, de 28 de março de 2023 e **nº 13.735**, de 18 de janeiro de 2016, na **Lei Federal nº 14.133**, de 01 de abril de 2021, na **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela **Lei Complementar nº 147**, na **Lei Federal nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados), na **Portaria Municipal nº 0186/2024-SEPOG**, de 14 de março de 2024.

- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO
- **DO TIPO DO OBJETO:** SERVIÇOS DE NATUREZA COMUM
- **MODO DE DISPUTA:** ABERTO E FECHADO
- **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO.

DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO:

1. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), bem como nos sites compras.fortaleza.ce.gov.br e www.compras.gov.br.
2. O certame será realizado por meio do Sistema do **COMPRASGOV**, no endereço eletrônico www.compras.gov.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



3. As solicitações, informações ou dúvidas, bem como o acompanhamento de todo o trâmite ocorrerão através do sítio: spuvirtual.sepog.fortaleza.ce.gov.br, sendo necessário a licitante realizar **PRÉVIO CADASTRO**.

DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME:

4. **INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 27/04/2026.

5. **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 13/05/2026, às 10 horas.

6. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 13/05/2026, às 10 horas.

7. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo utilizadas pelo Sistema será observado o horário de Brasília/DF.

8. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo, 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data.

SUMÁRIO:

1. DO OBJETO.....	
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	
6. DA FASE DE JULGAMENTO.....	
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	
8. DOS RECURSOS.....	
9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	
10. DA FORMALIZAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	
11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90115/2026

(Processo Administrativo nº. P372105/2024)

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente licitação é **O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE AR CONDICIONADO, COM EVENTUAIS SUBSTITUIÇÕES DE PEÇAS/ACESSÓRIOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTO NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

1.1.1. A licitação será dividida em **GRUPOS**, conforme tabela constante no **Anexo I - Termo de Referência**, facultando-se ao licitante a participação em quantos **GRUPOS** forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), utilizando-se de Certificado Digital que contenha o padrão de Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Todos os **GRUPOS** destinam-se à **AMPLA CONCORRÊNCIA**, podendo participar quaisquer interessados.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio e em cooperativa, conforme **ANEXO XI - JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE CONSÓRCIO E COOPERATIVAS** deste Edital;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.13. A participação implica a aceitação integral dos termos deste Edital.

2.14. DOS BENEFÍCIOS PARA ME E EPP:

2.14.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

2.14.2. Será garantido às licitantes enquadradas como microempresas, empresas de pequeno porte, nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação, de acordo com o previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em seu Capítulo V – DO ACESSO AOS MERCADOS/Das Aquisições Públicas e Lei Municipal nº 10.350, 28 de maio de 2015; no Decreto nº 13.735/2016, de 18 de janeiro de 2016 (atualizado).

2.14.3. As microempresas e as empresas de pequeno porte com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

2.14.4. Tratando-se de microempresas, empresas de pequeno porte que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, e que não se encontram em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar no Sistema do COMPRASGOV o exercício do direito de preferência previsto em Lei.

2.15. DA DESTINAÇÃO DE GRUPO PARA ME E EPP

2.15.1. O presente certame não destinará cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, com espeque no art. 49, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, devido à particularidade do objeto licitado, conforme justificativa constante no **ANEXO X - JUSTIFICATIVA DE NÃO APLICABILIDADE DA COTA RESERVADA PARA ME/EPP** deste Edital.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

3.1. Será exigida apresentação dos documentos de habilitação, apenas pela licitante vencedora.

3.1.1. A licitante que participar desta licitação com suas condições de habilitação vinculadas ao documento SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades da lei, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

3.1.2. A licitante cadastrada no Sistema COMPRASGOV, SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, na forma no inciso I, art. 63, da Lei nº 14.133/2021.

3.1.3. A fase de habilitação está prevista no item 7 deste edital.

3.2. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



3.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não será permitido o emprego para menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como para os jovens de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante enquadrado como microempresa e/ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

3.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. Nos grupos em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa e/ou empresa de pequeno porte.

3.6. Em caso de falsidade das documentações apresentadas, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. A licitante deverá apresentar **DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO - ANEXO VI** e, inclusive, na qualidade de eventualmente contratado, observará e fará observar por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma **do item 3.11** possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. “VALOR UNITÁRIO” e “VALOR TOTAL”, dos preços referentes a cada item, incluídos todos os custos diretos e indiretos, em conformidade com as especificações deste edital;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.1.5. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Termo de Referência, obrigando-se nos limites dela;

4.1.6. Os preços deverão ser expressos em reais, com até 04 (quatro) casas decimais em seus valores unitários e com até 02 (duas) casas decimais em seus valores globais, inclusive em propostas de adequação, quando for o caso.

4.2. Na elaboração da Proposta, o preço cotado poderá ultrapassar o valor de referência da presente licitação discriminado no **Anexo I - Termo De Referência** presente nos autos do processo em epígrafe. Entretanto, na fase de disputa de lances, o lance final deverá atingir preço inferior ou igual ao limite máximo constante no **Anexo I - Termo De Referência**. Caso não seja realizada a disputa de lances, a licitante que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor inferior ou igual ao limite máximo acima especificado.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



4.3. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

4.3.1. Os valores dos grupos não poderão ser superiores aos do orçamento estimado, previstos no Anexo I - Termo de Referência.

4.3.2. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor global quanto os valores unitários estimativos da contratação.

4.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.7. Se o regime tributário da empresa implicar no recolhimento de tributos em percentuais variáveis, no momento dos pagamentos, deverão ser retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será vedada a identificação da licitante, por qualquer meio ou forma, antes da etapa de lance.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** do **ITEM**.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço e os das propostas até 10% (dez por cento) superior àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **5.14**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 13.735/2016.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



5.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. Empresas brasileiras;

5.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Exauridos os critérios de desempate e do resultado persistir o empate, o sistema procederá automaticamente o sorteio para definição da ordem sequencial de colocações no certame.

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO:

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

d) Lista de Fornecedores Penalizados, mantido pela Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza (https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/fornecedor_penalizado.asp).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12, da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. Contiver vícios insanáveis;

6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



6.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado no sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de catálogo(s) ou amostra (s), a licitante detentora da melhor proposta, deverá apresentá-lo(s), conforme disciplinado no Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 10606, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.13. No caso de não haver entrega de catálogo(s) ou amostra(s), ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de catálogo(s) ou amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.14. Em caso de solicitação de catálogo(s) ou amostra(s), se a(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação do(s) catálogo(s) ou amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

7.1. Os documentos previstos no Anexo I - Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeiro, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou Certificado de Registro Cadastral – CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia, conforme art. 70, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou **DECLARAÇÃO** de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **DECLARAÇÃO** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **DECLARAÇÃO** de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e no CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10. A verificação no SICAF ou CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, ou a exigência dos documentos neles não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no **Anexo I - Termo de Referência** somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, conforme art. 64, da Lei nº 14.133/2021, para:

7.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



7.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12 É facultada ao(à) Pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

7.12.1 A diligência será realizada pelo agente de contratação e/ou equipe de apoio, e poderá promover a verificação das instalações físicas, equipamentos ou aferir a capacidade operacional da licitante, de acordo com a complexidade do objeto, a fim de comprovar que a licitante arrematante detém as condições mínimas necessárias para atender a CONTRATANTE e os quesitos essenciais à boa prestação do serviço.

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e de classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.9.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, conforme art. 4º do Decreto nº 8.538/2015.

8. DOS RECURSOS:

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de até **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, conforme dispõe o art. 165, I da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente em campo obrigatório no sistema no prazo de até 10 (dez) minutos do mencionado ato, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de até **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade competente, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



8.5.1. A Secretária Municipal das Licitações é a autoridade competente para julgar recursos interpostos, quando o pregoeiro(a) mantiver sua decisão;

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de até 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

9.1. Encerrada a fase recursal, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação e homologará o procedimento licitatório.

9.2. A titular da origem desta licitação poderá solicitar a SELIFOR não homologar ou revogar o presente processo por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e mediante fundamentação escrita.

10. DA FORMALIZAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

10.1. Homologado o resultado da licitação, o Órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data da convocação, proceder à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas.

10.2. O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela licitante convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

10.3. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão aqueles ofertados nas propostas de preços do(s) licitante(s) vencedor(s), bem como será incluído na respectiva ata o registro do(s) licitante(s) que aceitar(em) cotar o objeto com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme permissivo legal do art. 16, inciso II do Decreto 15.608, de 31 de março de 2023, ou a informação expressa de que não houve licitante que aceitasse cotar o objeto com preços iguais à da licitante vencedora

10.4. Quando o licitante vencedor for convocado para assinar a Ata de Registro de Preços não comparecer, recusar-se a assinar ou não comprovar as condições habilitatórias, sem prejuízo das cominações previstas neste Edital e seus Anexos, poderá o Pregoeiro convocar outro licitante registrado na Ata, desde que respeitada a ordem de classificação e mantidos os preços registrados iguais ao do adjudicatário, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

10.5. As regras referentes ao registro de preço, ao órgão gerenciador, órgãos participantes e não participantes, descumprimento, remanejamento, prazo de vigência, do fornecimento, e demais regras constam da minuta no **ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

**11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA****11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro.**

11.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que praticar ato ilícito na forma do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, especialmente quando:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial, quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



12.1.2.4. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.2.5. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.2.6. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.2.7. Fraudar a licitação;

12.1.2.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.2.9. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.2.10. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;

12.1.2.13. Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.14. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

12.2. O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o devido processo legal, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados pelas infrações administrativas praticadas contra a Administração Pública municipal direta e indireta do Município de Fortaleza.

12.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

12.4. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - Descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave; ou

II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



12.5. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do subitem 12.4;

Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - De 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

- a) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado
- b) Não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

- a) Der causa à inexecução total do contrato;
- b) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§1º Na hipótese de o infrator prestar o serviço contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no art. 13, inciso I do Decreto Municipal nº 15.604/2023.

§2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos do artigo mencionado acima para cálculo da multa, incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§4º Na aplicação da sanção prevista no caput do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



§5º Se a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

§6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§9º Decorrido o prazo previsto no §8º do item acima, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

12.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documento fiscal.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a, inciso I do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, ou que cause grave dano à Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - Der causa à inexecução total do contrato;

III - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Parágrafo único. A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o imputado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Fortaleza, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou

V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§1º A sanção de declaração de inidoneidade prevista no caput deste artigo também será aplicada nas infrações administrativas do artigo 15 do Decreto Municipal nº 15.604/2023 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

§2º A sanção prevista no subitem 11.8 impedirá o imputado de licitar ou contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 3º A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta deverá ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade superior.

12.9. O pagamento das multas não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações porventura cometidas, inclusive pela inobservância do disposto na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), na forma abaixo estipuladas:

12.9.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada ao CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

12.9.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

12.10. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital e pedir esclarecimentos deste Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.**

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, devendo ser enviados ao (à) Pregoeiro (a), **até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas**, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço do sítio **spuvirtual.sepog.fortaleza.ce.gov.br**, endereçados à **SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA (PROTOCOLO)**, informando o número deste pregão no Sistema do COMPRASGOV e o órgão

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



interessado. Além de CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica, ou CPF, se pessoa física, e disponibilizando as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

13.3.1. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão observar **EXCLUSIVAMENTE** o procedimento do **subitem 13.3**, não sendo admitida qualquer outra forma de envio.

13.4. O (a) Pregoeiro (a) poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

13.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.7. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Será divulgado Termo de Julgamento no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



14.10. É facultada ao(à) Pregoeiro(a) e/ou equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório (vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originalmente na proposta de preços e na documentação de habilitação), bem como para averiguar a veracidade das informações fornecidas pela licitante e, se for o caso, a adequação da estrutura física e operacional da empresa às exigências do objeto licitado.

14.11. O descumprimento de prazos estabelecidos neste Edital e/ou pelo(a) Pregoeiro(a) junto ao Sistema, ou o não atendimento às solicitações/determinações, ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO.

14.12. Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pela Autoridade Competente do certame, conforme disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

14.13. A Administração poderá revogar este Edital por razões de interesse público.

14.14. O Pregoeiro poderá sanar erros formais que não acarretem prejuízos para o objeto do Edital.

14.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e endereço eletrônico [compras.fortaleza.ce.gov.br](https://www.gov.br/compras/pt-br) e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

14.16. Integram este Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Apêndice I - Estudo Técnico Preliminar

Apêndice II - Análise de riscos

ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

ANEXO V - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO

ANEXO VII - RELAÇÃO DOS CÓDIGOS DO CATSER UTILIZADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO VIII - RELAÇÃO DOS CÓDIGOS DO CATÁLOGO DA PMF UTILIZADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO IX - JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E COOPERATIVA

ANEXO X - JUSTIFICATIVA DA DESTINAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE DE COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

ANEXO XI - JUSTIFICATIVA DE UTILIZAÇÃO DE ÍNDICES PARA COMPROVAÇÃO DA BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS LICITANTES

ANEXO XII - JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA ADOÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO POR GRUPO

CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO

Secretária Municipal do Planejamento, Orçamento E Gestão

assinado digitalmente

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10606 | PROCESSO ADM. Nº P372105/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90115/2026 | UASG: 927744

Aprovação expressa da assessoria jurídica:

Abraão Bezerra de Araújo

Coordenador Jurídico - OAB/CE nº 44.585

Coordenadoria Jurídica – COJUR/SEPOG

assinado digitalmente

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

1. UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

2.1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

2.1.1. REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE AR CONDICIONADO, COM EVENTUAIS SUBSTITUIÇÕES DE PEÇAS/ACESSÓRIOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NESTE INSTRUMENTO.

2.2. As especificações e os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos por itens e estão descritos conforme o quadro abaixo:

GRUPO 01							
ITEM	CÓDIGO PMF	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANT. DE SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO DO SERVIÇO	VALOR TOTAL
1	3577829	3492	MANUTENÇÃO PREVENTIVA AR CONDICIONADO JANEIRO DE 7.000 A 30.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)	1.016	291,8600	296.529,76
2	3577830	3492	MANUTENÇÃO CORRETIVA AR CONDICIONADO JANEIRO DE 7.000 A 30.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)	1.133	291,8600	330.677,38
VALOR DO GRUPO							627.207,14

GRUPO 02							
ITEM	CÓDIGO PMF	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANT. DE SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO DO SERVIÇO	VALOR TOTAL
3	3577832	3492	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SPLIT CASSETE DE 15.000 A 48.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)	1.594	383,5000	611.299,00
4	3577833	3492	MANUTENÇÃO CORRETIVA SPLIT CASSETE DE 15.000 A 48.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)	1.500	450,0000	675.000,00
VALOR DO GRUPO							1.286.299,00

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

EDITAL Nº 10606 | PROCESSO ADM. Nº P372105/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90115/2026 | UASG: 927744

GRUPO 03							
ITEM	CÓDIGO PMF	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANT. DE SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO DO SERVIÇO	VALOR TOTAL
5	3577834	3492	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SPLIT PISO TETO DE 12.000 A 240.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)	3.754	386,9800	1.452.722,92
6	3577835	3492	MANUTENÇÃO CORRETIVA SPLIT PISO TETO DE 12.000 A 240.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)	3.072	390,0000	1.198.080,00
VALOR DO GRUPO							2.650.802,92

GRUPO 04							
ITEM	CÓDIGO PMF	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANT. DE SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO DO SERVIÇO	VALOR TOTAL
7	3577836	3492	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SPLIT HI-WALL DE 7.000 A 60.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)	38.280	287,0500	10.988.274,00
8	3577837	3492	MANUTENÇÃO CORRETIVA SPLIT HI-WALL DE 7.000 A 60.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)	34.014	290,0000	9.864.060,00
VALOR DO GRUPO							20.852.334,00

GRUPO 05							
ITEM	CÓDIGO PMF	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANT. DE SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO DO SERVIÇO	VALOR TOTAL
9	3577838	3492	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE UTA - UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR.	SERVIÇO (SERV)	451	871,2000	392.911,20
10	3577839	3492	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE UTA - UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR.	SERVIÇO (SERV)	501	990,0000	495.990,00
11	3577840	3492	MANUTENÇÃO PREVENTIVA MULTISPLIT - SISTEMA VRF.	SERVIÇO (SERV)	2.629	1.025,6600	2.696.460,14
12	3577841	3492	MANUTENÇÃO CORRETIVA MULTISPLIT - SISTEMA VRF.	SERVIÇO (SERV)	2.628	989,0000	2.599.092,00
VALOR DO GRUPO							6.184.453,34

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕESRua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



GRUPO 06							
ITEM	CÓDIGO PMF	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANT. DE SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO DO SERVIÇO	VALOR TOTAL
13	3598344	2020	SERVIÇO INSTALAÇÃO APARELHO CONDICIONADO (JANELEIRO, SPLIT CASSETTE, SPLIT HI-WALL, SPLIT PISO TETO, ENTRE OUTROS MODELOS) COM RECARGA DE GÁS E DE MAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS.	SERVIÇO (SERV)	10.960	1.892,6350	20.743.279,60
14	3600124	2020	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO (JANELEIRO, SPLIT CASSETTE, SPLIT HI-WALL, SPLIT PISO TETO ENTRE OUTROS MODELOS) COM FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS.	SERVIÇO (SERV)	10.918	999,9900	10.917.890,82
VALOR DO GRUPO							31.661.170,42
VALOR TOTAL							63.262.266,82

***Obs.: Havendo divergência entre o COMPRASGOV e o disposto no Termo de Referência, prevalecerão os termos deste Termo de Referência.**

2.3. Encontra-se anexo a este Termo de Referência o Relatório Analítico do Plano de Suprimento nº 3999/2024, que descreve as necessidades dos Órgãos participantes para cada tipo de serviço.

2.4. Os serviços, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, de forma continuada, nos termos do inciso XIII, art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto nº 15.595, de 22 de março de 2023.

2.5. O custo estimado total da contratação é de R\$ 63.262.266,82 (sessenta e três milhões, duzentos e sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e seis reais e oitenta e dois centavos), considerando o valor na tabela acima.

2.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, podendo ser prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.6.1. Caberá prorrogação por igual período se comprovado que o preço ainda é vantajoso para a Administração.

2.6. O serviço de manutenção de ar condicionado é enquadrado como contínuo, nos termos da Portaria n.º 0186/2024-SEPOG, de 14 de março de 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



2.7. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

2.7.1. Considerando o disposto no Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, reconhecendo a possibilidade jurídica de renovação do quantitativo inicialmente registrado em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, fica estabelecido que poderá ser admitida a renovação do quantitativo, caso demonstrada a sua pertinência e necessidade, mediante decisão devidamente motivada pela Administração.

2.7.2. Quando da prorrogação da Ata, fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, ressalvados os remanejamentos.

2.8. A eficácia do contrato ficará condicionada à publicação e divulgação integral no PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, nos moldes e prazos estabelecidos nos artigos 91, caput, 94 e 174 da Lei nº 14.133/2021, podendo ainda ser realizada a devida publicação no Diário Oficial do Município – DOM.

2.9 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2.10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

2.10.1. DA EXECUÇÃO E DA ENTREGA:

2.10.1.1. O objeto contratual deverá ser executado em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, nos locais indicados no item 8.2. deste Edital.

2.10.1.2. Os chamados de **manutenção corretiva** deverão ser atendidos no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**. Caso o equipamento, comprovadamente, necessite ser deslocado para a oficina da Contratada a fim de receber manutenção corretiva, deverá retornar ao local de origem em perfeitas condições de uso no prazo máximo de **5 (cinco) dias corridos**, a contar da data do atendimento ao chamado.

2.10.1.3. A execução do serviço será feita mediante solicitação da CONTRATANTE, de acordo com a necessidade do serviço, no(s) horário(s) e dia(s) da semana de 8:00 h às 17:00 h, e de segunda à sexta-feira.

2.10.1.4. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificado até 02 (dois) dias úteis antes do término do prazo de execução e aceito pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

2.10.2. QUANTO AO RECEBIMENTO:

2.10.2.1. PROVISORIAMENTE, até 15 (quinze) dias da entrega do objeto, mediante Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito pelo (s) fiscal (is) do contrato.

2.10.2.2. DEFINITIVAMENTE, até 30 (trinta) dias da expedição do termo de recebimento provisório, após a verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, conseqüente aceitação das notas fiscais pelo (s) fiscal (is) da contratação, será expedido termo de recebimento definitivo, devendo haver rejeição do objeto no caso de desconformidade. O Termo de recebimento definitivo será lavrado pelo (s) fiscal (is) do Contrato.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES



2.10.2.3. A execução dos serviços, em caráter provisório ou definitivo, será realizada de segunda a sexta-feira, no horário de 8:00 às 12:00h. e de 13:00 às 17:00h.

2.10.2.4. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

2.10.2.5. A rejeição do serviço por estar em desacordo com as especificações, que vier a ocorrer, não justificará possível atraso no prazo de entrega fixado, sujeitando o licitante vencedor às sanções previstas.

2.10.3. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

2.10.3.1. Não será aceito a prestação do serviço que esteja em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência, devendo o fornecedor providenciar o devido reparo sem qualquer ônus para os Órgãos, sujeitando-se ainda as sanções previstas.

2.10.3.2. Os empregados do Contratado deverão apresentar-se devidamente uniformizados, portando EPI (quando for o caso) e crachá de identificação.

2.10.3.3. O Contratado deverá garantir a qualidade e segurança na prestação do serviço, com vista a evitar qualquer acidente ou sinistro.

2.10.3.4. O Contratado deverá observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a segurança do pessoal e material no local de instalação da máquina.

2.10.3.5. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da contratante.

2.10.3.6. O Contratado deverá manter, pelo menos, um telefone fixo comercial em condições de receber as ligações relativas aos pedidos e contatos dos órgãos contratantes.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A presente licitação tem esteio nos preceitos nos Decretos Municipais nº 15.913, de 27 de fevereiro de 2024; nº 15.608, de 31 de março de 2023; nº 15.595, de 22 de março de 2023; nº 15.604, de 28 de março de 2023; e nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016; na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021; na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147; na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados; na Portaria Municipal nº 0186/2024-SEPOG, de 14 de março de 2024; na Lei nº 13.589/2018; Portaria Nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde; Lei 13.589/2018 que dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes; a resolução 9/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA que determina os níveis de aerodispersóides não devem exceder 80 µg/m³, além das Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, NBR-13971, NBR 14679, NBR 16401, NBR 7256 e NBR-16655-1, 2 e 3; e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, no que couber; e no disposto no presente Termo de Referência.

3.1.2. Em consonância com o Estudo Técnico Preliminar a necessidade da contratação surge da obrigação legal estabelecida pela Lei nº 13.589/2018, que determina que todos os edifícios públicos e privados realizem a manutenção de seus sistemas de ar-condicionado. Esta lei visa assegurar a qualidade do ar em ambientes internos, regulando aspectos essenciais como temperatura, umidade, velocidade do ar, taxa de renovação e o grau de pureza do ar. A não observância dessas exigências pode resultar em impactos negativos à saúde dos usuários, além de não conformidades legais.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



3.2. No âmbito da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), os órgãos e entidades utilizam sistemas de ar-condicionado para garantir o conforto térmico dos servidores e do público que frequentam esses espaços. Entretanto, sem a manutenção regular e adequada, os equipamentos podem sofrer desgaste, levando à diminuição da eficiência energética, aumento dos custos operacionais e até mesmo à falha completa dos sistemas.

3.3. Ademais, as manutenções preventiva e corretiva garantem o funcionamento correto dos equipamentos citados e assim garantem a saúde e a segurança dos servidores e demais usuários dos serviços oferecidos pela PMF. Os edifícios devem ter a manutenção dos sistemas de climatização realizadas com base em um plano de manutenção, operação e controle, a fim de prevenir ou minimizar riscos à saúde dos ocupantes. Dessa forma, a contratação de uma empresa especializada em instalação, desinstalação e manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de ar-condicionado é essencial para garantir a continuidade dos serviços públicos com qualidade, segurança e conformidade legal, promovendo a preservação do patrimônio público e a saúde dos cidadãos que utilizam esses espaços.

3.4. Os serviços objeto desta licitação serão prestados de forma contínua, sendo aqueles que, pela sua essencialidade, visam a atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional. Os serviços de **INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ARCONDICIONADOS** tem natureza continuada por serem necessários à PMF em frequência constante durante o ano, não sendo possível haver solução de continuidade do serviço, cuja interrupção pode comprometer a execução das suas atividades finalísticas bem como ao seu suporte.

3.5. Dessa forma, para que não haja dispêndios de tempo e recurso humano empregados na instrução processual de nova contratação quando do fim do contrato, resta configurada a necessidade de que a contratação se estenda por mais de um exercício financeiro.

3.6. Além de ser prestado de forma contínua, a natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do art. 2º, inciso V da Lei nº 14.133/2021, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais do mercado.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:

4.1. A solução proposta envolve a contratação de uma empresa especializada para instalação, desinstalação e manutenção de sistemas de ar-condicionado de diversos tipos e capacidades, por meio de registro de preços. O serviço incluirá:

4.1.1. INSTALAÇÃO

4.1.1.1. O serviço de instalação do equipamento deve contemplar a mão de obra e fornecimento de todos os materiais e acessórios necessários. Todos os materiais e acessórios referentes à instalação devem ser novos, tais como: tubulações, dreno, eletrodutos e demais itens necessários para o correto funcionamento do equipamento;

4.1.1.2. As unidades condensadoras deverão ser instaladas conforme orientação do fabricante e apoiadas em suporte de aço galvanizado, os quais deverão ser fornecidos pela CONTRATADA;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



4.1.1.3. A CONTRATADA deverá realizar levantamento prévio, certificando-se de que não haverá danos a outras instalações existentes nos pavimentos (elétrica, hidráulica, dutos de renovação de ar, entre outras) para passagem da tubulação de dreno;

4.1.1.4. A instalação dos equipamentos deve seguir rigorosamente o manual do fabricante e Normas da ABNT;

4.1.1.5. Todos os materiais, equipamentos e instalações deverão estar de acordo com os regulamentos de proteção contra incêndio, especialmente os isolamentos térmicos que deverão ser feitos de material incombustível ou autoextinguível.

4.1.2. DESINSTALAÇÃO

4.1.2.1. Será necessário quando o aparelho não apresentar funcionamento satisfatório e necessitar ser trocado;

4.1.2.2. O serviço de desinstalação do equipamento deve contemplar a mão de obra, fornecimento de todos os materiais e acessórios necessários.

4.1.2.3. Incluirá a realização de cuidados para que o gás refrigerante do compressor não seja eliminado;

4.1.2.4. Desinstalação das evaporadoras e das condensadoras de ar, os quais deverão ser colocados em local designado pela contratante.

4.1.3. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

4.1.3.1. A MANUTENÇÃO PREVENTIVA tem por objetivo antecipar-se, por meio de ensaios e rotinas, ao aparecimento de defeitos causados pelo uso normal e rotineiro dos equipamentos e instalações ou desuso;

4.1.3.2. A MANUTENÇÃO PREVENTIVA consiste na limpeza do conjunto evaporador e condensador do equipamento, incluindo chassi, turbinas, serpentinas, carcaças, bem como a verificação de pressão do conjunto de refrigeração, verificação de funcionamento do compressor, testes dos componentes elétricos, eletrônicos e mecânicos do evaporador e condensador, verificação de filtros, serpentinas e sensores, vazão de ar, temperatura de insuflamento e retorno, limpeza de bandejas de drenagem e todos os procedimentos necessários para o bom funcionamento dos equipamentos.

4.1.3.3. A manutenção preventiva consistirá em procedimentos com periodicidade mensal, ou a critério de cada Órgão/Entidade contratante, conforme plano de trabalho, visando prevenir situações que possam gerar falhas ou defeitos, a conservação e o perfeito funcionamento, bem como recomendar ao Contratante eventuais providências, sob o seu controle, que possam estar e/ou vir a interferir no desempenho do mesmo;

4.1.3.4. A manutenção preventiva deverá ser feita independentemente de ter havido manutenção corretiva no período, devendo ser emitido relatório de atendimento específico para cada tipo de manutenção, conforme necessidade do Órgão/Entidade;

4.1.3.5. Todos os serviços deverão ser executados de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 17:00 horas, e, em casos excepcionais, poderão ser executados em outro horário devidamente autorizado pelo órgão, nos sábados, domingos e feriados ou, ainda, no período noturno, sem ônus adicional para a Contratante;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

4.1.3.6. Quando houver necessidade da realização de serviços simultâneos, ou seja, quando for solicitada manutenção preventiva e corretiva em órgãos ou entidades distintos, nos mesmos dias e horários, deverá à contratada disponibilizar toda a estrutura necessária – mão de obra e material, sem prejuízo ou custos adicionais para a Contratante;

4.1.3.7. A Contratada será responsável pelo fornecimento de todo o instrumental, equipamentos de proteção individuais (EPI's), ferramentas e mão de obra especializada necessária para a execução dos serviços;

4.1.3.8. Será de responsabilidade da Contratada o fornecimento dos materiais de consumo necessários à execução dos serviços, tais como: materiais de limpeza, de lubrificação, estopas, soldas, espumas para vedação, produtos de pinturas, nitrogênio, oxigênio, acetileno, etc.

4.1.3.9. Constarão da manutenção preventiva, entre outros procedimentos necessários à conservação e ao perfeito funcionamento do equipamento, os seguintes serviços:

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA
Conferência e reposição do gás refrigerante e de outros tipos de gases, de modo a garantir a carga térmica necessária ao rendimento ótimo dos equipamentos.
Efetuar reaperto dos terminais, parafusos e molas.
Eliminar danos e sujeiras e corrosão no gabinete, na moldura da serpentina e na bandeja.
Lavar as serpentinas e bandejas com remoção do biofilme (lodo) sem o uso de produto desengraxante e corrosivo.
Limpeza de evaporador.
Limpeza de filtro de ar.
Limpeza de condensador.
Limpar/lavar (quando recuperável) ou substituir (quando descartável) o elemento filtrante.
Limpar bandeja condensação e dreno e sua operação.
Limpar o gabinete do condicionador e ventiladores (carcaça e rotor).
Lubrificação geral dos equipamentos.
Manutenção dos dutos e de todo o sistema de drenagem da água de condensação.
Medir e registrar corrente elétrica ventilador/compressor.
Medir e registrar temperatura ar insuflamento, retorno e ambiente.
Medir o diferencial de pressão.
Medir e registrar tensão elétrica na alimentação, do compressor e motores.
Verificar grades de ventilação/ exaustão.
Verificar chave seletora.
Verificar atuação do termostato.
Verificar válvula reversora.
Verificar estado de fiação, terminais e contatos elétricos.
Verificar a vedação dos painéis de fechamento do gabinete.
Verificar a tensão das correias, para evitar o escorregamento nas polias.
Verificar o funcionamento da resistência de aquecimento do cárter.
Verificar filtro e secador.
Verificar carga de gás refrigerante e vazamentos.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA
Verificar nível de óleo do compressor.
Verificar a operação da válvula de expansão.
Verificar e calibrar os dispositivos de segurança (pressostatos de alta/baixa e óleo).
Verificar e calibrar os dispositivos de segurança, relés térmicos e fusíveis.
Verificar a calibragem e regulação do termostato de controle de temperatura do ambiente.
Verificar e eliminar sujeiras, danos e corrosão.
Verificar a operação dos controles de vazão.
Verificar resistência de isolamento dos motores e compressores.
Verificar protetor térmico compressor.
Verificar estado de conservação do isolamento termo-acústico do gabinete.
Verificar ruídos e vibrações anormais.
Verificar e eliminar frestas dos filtros.

4.1.3.10. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento dos materiais necessários para o bom funcionamento dos sistemas, incluindo peças de reposição. Além disso, deverá assegurar a correta destinação dos resíduos gerados durante as manutenções, garantindo o cumprimento de normas ambientais.

4.1.4. MANUTENÇÃO CORRETIVA DE AR CONDICIONADO

4.1.4.1. Manutenção que consiste em consertar ou reparar aparelhos de ar condicionado que não estejam em pleno funcionamento, incluindo neste serviço a substituição de peças/componentes que sofreram falhas ou desgastes. É o conjunto de serviços executados nos equipamentos que apresentam defeito em seu funcionamento, devendo estes reparos ser executados em caráter emergencial;

4.1.4.2. Para cada serviço preventivo identificado, fica também estabelecido que a CONTRATADA tem obrigação de executar o correspondente serviço de MANUTENÇÃO CORRETIVA (substituição de partes e peças, recomposição, reparo, conserto, etc.);

4.1.4.3. A manutenção corretiva com fornecimento de peças nos aparelhos de ar condicionado deverá ser realizada por demanda (empreitada por serviço unitário) quando da ocorrência de defeitos que inviabilizem sua utilização, assim entendidos como quaisquer problemas técnicos que interfiram diretamente no seu adequado funcionamento, ou, ainda, que possam danificá-lo com o tempo de uso;

4.1.4.4. Todas as peças, compressores, filtros, gás refrigerante e demais componentes necessários em caso de substituição deverão ser fornecidos pela empresa, não sendo aceitas peças usadas e/ou recondiçionadas, ou seja, as peças deverão ser novas e genuínas. As peças substituídas também deverão ter o descarte adequado;

4.1.4.5. Para apuração das quantidades estimadas, os serviços de manutenção corretiva de cada aparelho deverão ser realizados por demanda, **trimestralmente**, sempre que houver necessidade, visando à correção de defeitos ou falhas nos equipamentos contemplados pelo contrato, mediante emissão de Ordem de Serviço (OS) emitida pela gestão contratual.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



4.2. A descrição da solução como um todo, abrange os serviços de inspeção técnica e manutenção de ar condicionado, com eventuais substituições de peças/acessórios, conforme distribuição e divisão na tabela constante no **item 2.2.** deste Termo de Referência.

4.3. Os serviços/itens deverão obedecer às descrições e exigências contidas nas especificações deste Termo de Referência, bem como todas e quaisquer normas ou regulamentações intrínsecas ao tipo de fornecimento.

4.4. Serão de responsabilidade exclusiva da empresa contratada os custos com transporte e quaisquer outros encargos decorrentes da entrega do material, inclusive da mão de obra empregada e a prestação de serviço do presente objeto.

4.5. Os materiais deverão ser preferencialmente acondicionados em suas embalagens originais, que utilize materiais recicláveis, lacradas e apropriadas para armazenamento, com a sua identificação, fazendo constar sua descrição e incluindo, quando cabíveis: marca, fabricante, data de fabricação, validade e outras especificações de acordo com suas características.

4.6. Os produtos nacionais e importados devem apresentar nos rótulos todas as informações em língua portuguesa.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

5.1. Requisitos Técnicos

5.1.1. Cumprir os requisitos técnicos definidos pela Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde, a Lei 13.589/2018 que dispõe sobre manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes, resolução 9/2003 da ANVISA, Normas da ABNT NBR 13971, 15848, 14679, 16401, 7526 e NBR -16655-1, 2, 3, – que estabelece orientações básicas para a manutenção de sistemas de refrigeração, condicionamento de ar, ventilação e aquecimento, condições mínimas de higiene, etc.

5.2. Requisitos Temporais

5.2.1. O fornecimento será efetuado de acordo com as necessidades dos órgãos e entidades do Município de Fortaleza. Nenhuma manutenção deverá ser realizada sem prévia autorização da fiscalização do contrato. Os prazos para a realização dos reparos deverão obedecer ao que vier a ser disposto no Termo de Referência.

5.2.2. Os prazos deverão ter as seguintes prioridades conforme contrato, mas devem atender à criticidade do ambiente climatizado (hospitais, CPDs, escolas, etc.).

Tipo de Ocorrência

Atendimento emergencial (pane total)

Atendimento de falhas parciais

Substituição de peças críticas

Emissão de relatório técnico após serviço

Prazo Máximo de Atendimento

Até 24 horas úteis

Até 48 horas úteis

Até 5 dias úteis

Até 2 dias úteis após execução

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



5.2.3. Ao definir esses requisitos de qualificação e técnicos, a administração pública visa habilitar empresas capazes de fornecer um serviço eficiente, econômico e sustentável, atendendo às necessidades específicas dos órgãos públicos e proporcionando um uso racional dos recursos públicos.

5.2.4. O objeto será executado na medida das disponibilidades dos recursos financeiros e mediante autorização, durante a vigência da Ata decorrente da licitação.

5.1.5. As condições de execução e os parâmetros de aceitabilidade do objeto, a seguir descritos, estabelecem de forma objetiva e pormenorizada as características e especificações do objeto licitado.

5.1.6. Será firmado contrato, por cada órgão participante, no quantitativo respectivo, observando os limites definidos na Ata.

5.1.7. A partir da assinatura do contrato, será expedida Ordem de Fornecimento ao Contratado.

5.1.8. Deverão ser prestados todos os serviços de assistência e suporte técnico em caráter preventivo e corretivo nos equipamentos através de um corpo técnico especializado e com a utilização de ferramentas apropriadas, de acordo com as recomendações do fabricante, de modo a garantir a conservação e o perfeito funcionamento;

5.1.9. O Contratante indicará um servidor da área de manutenção e segurança que ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo a Contratada emitir, para toda intervenção local, um relatório detalhado, em impresso próprio, no qual constarão as ocorrências verificadas, devendo ser o assinado pelos representantes das partes, ficando uma via aos cuidados do servidor designado pelo Contratante.

5.1.10. Deverão ser emitidos, mensalmente, relatórios de manutenção preventiva, separadamente dos relatórios de manutenção corretiva.

5.1.11. Qualquer serviço que caracterize conserto, a contratada deverá deixar um aparelho em reposição.

5.1.12. As visitas do técnico serão executadas mediante uma Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratada, informando quais medidas deverão ser adotadas durante a mesma. Esta Ordem de Serviço (OS) deverá retornar à Contratada com a assinatura do Contratante.

5.1.10. A sucateamento dos materiais substituídos será de responsabilidade da Contratante.

5.2. SUSTENTABILIDADE:

5.2.1. Nas Contratações com os órgãos e entidades do Município de Fortaleza, além dos critérios de sustentabilidade inseridos no Estudo Técnico Preliminar, em observância a promoção do desenvolvimento sustentável, critérios e boas práticas, veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigações da contratada, devem ser atendidos os seguintes requisitos de sustentabilidade:

5.2.1.1. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

5.2.1.2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

5.2.1.3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

5.2.1.4. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

5.2.1.5. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



5.2.1.6. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

5.2.1.7. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

5.2.1.8. Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

5.2.2. Serão adotados viáveis critérios plausíveis com os praticados no mercado local e nacional, mas, como regra geral, o equilíbrio entre os três princípios norteadores da licitação pública: sustentabilidade, economicidade e competitividade.

5.2.3. Caberá à contratada executar os serviços em estrita conformidade com os requisitos de sustentabilidade disposto na Instrução Normativa SLTI/MP Nº 1 de 19 de janeiro de 2010, e se pautará no uso racional de recursos de forma a evitar e prevenir o desperdício, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental.

5.2.4. Realizar separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da Instrução Normativa/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995, e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.

5.3. DA GARANTIA CONTRATUAL:

5.3.1. A critério da autoridade competente, bem como em razão do histórico de contratações anteriores do mesmo objeto e a inexistência de registro de problemas de interrupções na execução contratual, **não será exigida a garantia contratual da execução**, nos moldes do art. 96 da Lei Federal n. 14.133/2021.

5.3.2. Os riscos inerentes à contratação e as respectivas tratativas foram apontados no Estudo Técnico Preliminar.

5.4. DA SUBCONTRATAÇÃO:

5.4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em consonância com o art. 122, § 2º da Lei 14.133/21.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO:

6.1. DA FISCALIZAÇÃO:

6.1.1. A fiscalização e a gestão do instrumento contratual serão designadas através da publicação de Portaria no Diário Oficial do Município de Fortaleza – D.O.M, designando servidores para comporem a gestão contratual, o fiscal técnico e o fiscal administrativo, determinando ainda as competências e diretrizes da gestão e fiscalização contratual, conforme Decreto Municipal nº 15.524 de 09 de janeiro de 2023.

6.1.2. Atribuições do Gestor do Contrato:

Conforme o art. 21 do Decreto nº 15.524/2023, caberá ao Gestor do Contrato, e aos seus substitutos nos seus afastamentos e impedimentos legais, as seguintes atribuições:

a) Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;

b) Acompanhar os registros realizados pelos fiscais sobre ocorrências na execução do contrato e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem sua competência;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- c) Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada para fins de pagamento;
- d) Coordenar a rotina de acompanhamento e fiscalização, mantendo o histórico de gerenciamento do contrato com todos os registros formais (ordens de fornecimento, ocorrências, alterações, etc.);
- e) Controlar o prazo de vigência do contrato, recomendando, com antecedência, a deflagração de novo procedimento licitatório ou a prorrogação, quando admitida;
- f) Controlar os limites de acréscimo e de supressão permitidos em lei;
- g) Analisar ou formular pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, submetendo-os à autoridade superior;
- h) Coordenar os atos preparatórios à instrução processual para formalização de alterações, prorrogações, reequilíbrios, pagamentos e sanções;
- i) Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133/2021;
- j) Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais;
- k) Emitir documento comprobatório da avaliação do desempenho da Contratada, com base em indicadores objetivos e informações dos fiscais;
- l) Realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, conforme art. 26 do Decreto;
- m) Tomar as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para aplicação de sanções.

6.1.3. Atribuições do Fiscal Técnico

Conforme o art. 23 do Decreto nº 15.524/2023, caberá ao Fiscal Técnico do contrato, e aos seus substitutos nos seus afastamentos e impedimentos legais, as seguintes atribuições:

- a) Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato;
- b) Conhecer os termos do edital, do contrato e de seus anexos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos bens, em estrita observância ao edital e ao contrato, verificando a quantidade e a qualidade dos produtos entregues, incluindo a conformidade das embalagens, rótulos e prazos de validade;
- d) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, descrevendo o necessário para a regularização de faltas ou defeitos;
- e) Emitir notificações para a correção de rotinas ou irregularidades, definindo prazo para a correção;
- f) Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer situação que demande decisão que ultrapasse sua competência;
- g) Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato;
- h) Fiscalizar a execução para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, conferindo as notas fiscais e, após o ateste, encaminhar ao gestor do contrato;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- i) Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme art. 26 do Decreto;
- j) Atestar, juntamente com o gestor, o fornecimento dos bens, recusando-os quando irregulares ou em desacordo com as condições estabelecidas;
- k) Auxiliar o gestor na elaboração do documento comprobatório da avaliação de desempenho da Contratada.

6.1.4. Atribuições do Fiscal Administrativo

Conforme o art. 24 do Decreto nº 15.524/2023, caberá ao Fiscal Administrativo do contrato, e aos seus substitutos nos seus afastamentos e impedimentos legais, as seguintes atribuições:

- a) Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, realizando tarefas de controle de prazos, formalização de apostilamentos, acompanhamento de empenho e pagamento;
- b) Verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, antes de cada pagamento;
- c) Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) Atuar tempestivamente na solução de problemas relacionados ao descumprimento de obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato o que ultrapassar sua competência;
- e) Participar da atualização do relatório de riscos durante a gestão do contrato;
- f) Auxiliar o gestor na elaboração do documento comprobatório da avaliação de desempenho da Contratada;
- g) Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo, conforme art. 26 do Decreto.

6.2. DO PAGAMENTO:

6.2.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da CONTRATADA, **exclusivamente no BANCO SANTANDER S/A**, em atendimento ao disposto na Cláusula 2.1.1 do Contrato nº 53/2024, oriundo do Pregão Presencial nº 001/2024, celebrado entre o Município de Fortaleza e o Banco Santander S.A.

6.2.1.1. A nota fiscal/ fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/ fatura corrigida.

6.2.1.2. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento do objeto, conforme especificações exigidas na licitação ou em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2.1.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

6.2.1.4. Os pagamentos serão precedidos da análise da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente do Órgão contratante, e dos seguintes documentos:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Débitos junto aos Governos Estadual e Municipal;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

6.2.1.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia. Caso esta documentação tenha sido emitida pela *internet*, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

6.2.1.6. A atualização financeira dos valores a serem pagos, em virtude de inadimplemento pela contratante, será efetuada através do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), pro rata, desde a data final do período do adimplemento até a data do efetivo pagamento, desde que comprove que o contratante é o único responsável pelo atraso.

6.3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

6.3.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:

6.3.2. A licitação será realizada na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO**, fundamentada nas manifestações de interesse registradas no Estudo Técnico Preliminar e em resposta ao Ofício Circular nº 084/2024/SEPOG referente ao objeto contido neste Termo de Referência, bem como o que está previsto no Plano de Suprimento nº 3999/2024, conforme consta nos autos do Processo P372104/2024.

6.3.3. Considerando a busca pela eficiência na obtenção de propostas mais vantajosas, destaca-se que a utilização do pregão, especialmente em sua modalidade eletrônica, é aplicada quando o objeto em questão pode ser claramente definido em termos de padrões de desempenho e qualidade, os quais podem ser objetivamente estabelecidos por meio de especificações comuns do mercado, além de oferecer uma ampla participação de empresas criando um ambiente propício para a apresentação de propostas mais competitivas, gerando benefícios substanciais para a administração pública.

6.3.4. Ademais, a opção pelo critério de menor preço é estrategicamente fundamentada, pois garante a transparência e objetividade no processo de seleção, aspectos relevantes para assegurar a integridade e a imparcialidade da licitação, uma vez que o objetivo principal é obter o produto ou serviço que melhor atenda às necessidades da administração pública, levando em conta a relação custo-benefício.

6.3.5. Por fim, é importante ressaltar que a modalidade de pregão e o critério de menor preço estão em total consonância com a Lei 14.133/21 e suas diretrizes, visando primordialmente promover a eficiência e a economicidade nos processos de contratação pública, conferindo respaldo legal à escolha dessas modalidades para o presente processo licitatório.

6.4. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

6.4.1. Habilitação jurídica:

6.4.1.1. OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DEVERÃO SER APRESENTADOS DA SEGUINTE FORMA:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



6.4.1.2. Obrigatoriamente, da mesma sede e igualdade de CNPJ, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

6.4.1.3. O documento obtido por meio de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via Internet, terá sua autenticidade verificada pelo (a) Pregoeiro (a).

6.4.1.4. Caso haja documento redigido em idioma estrangeiro, o mesmo somente será considerado se acompanhado da versão em português, firmada por tradutor juramentado.

6.4.1.5. O documento apresentado deverá estar dentro do prazo de validade. Na hipótese de no documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

6.4.1.6. É dever da licitante atualizar previamente os documentos constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

6.4.1.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.4.1.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

6.4.1.9. Sociedade empresária, sociedade limitada ou sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; **certidão específica emitida pela Junta Comercial de pelo menos 30 dias até a data da abertura da sessão;**

6.4.1.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

6.4.1.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.4.1.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

6.4.1.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.4.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

6.4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



6.4.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.;

a) Certidão Negativa de Débitos Estaduais ou equivalente, emitida de acordo com as regras de emissão do Estado da sede da empresa licitante;

b) Certidão Negativa de Débitos Municipais ou equivalente, emitida de acordo com as regras de emissão do Município da sede da licitante;

6.4.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) juntamente com Histórico do Empregador;

6.4.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

6.4.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.4.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.4.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, este deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.4.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual, que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.4.3. Qualificação econômico-financeira:

6.4.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

6.4.3.1.1. Será admitida a participação de licitantes em processo de recuperação judicial, desde que apresentem, na fase de habilitação, em complemento à certidão mencionada no item 6.4.3.1:

a) Cópia da petição inicial de recuperação judicial;

b) Cópia da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial;

c) Cópia do Plano de Recuperação Judicial homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do cumprimento de todas as suas obrigações;

d) Certidão do juízo competente que comprove que a empresa vem cumprindo o Plano de Recuperação Judicial;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



e) Demonstração, por meio da apresentação de seus balanços e demonstrativos financeiros, de que possui capacidade econômico-financeira para executar o objeto da presente licitação.

6.4.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

6.4.3.3. Os documentos exigidos no item 6.4.3.2. serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

6.4.3.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

6.4.3.5. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverá ser comprovado a boa situação financeira da interessada por documento, assinado por profissional legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade da sede ou filial da interessada, através de um dos índices contábeis previstos neste instrumento convocatório, conforme formulas abaixo:

a) Comprovar o Índice de Liquidez Geral (ILG), igual ou superior a 1,0 (um), obtido a partir de dados do Balanço Anual, através da seguinte fórmula:

I - Liquidez Geral (LG)

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a longo prazo}} \geq 1,0$$

OU

II - Liquidez Corrente (LC)

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,0$$

OU

III - Solvência Geral (SG)

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a longo prazo}} \geq 1,0$$

6.4.3.6. Caso o subitem **6.4.3.5.** não seja atendido, deverá a licitante alternativamente apresentar PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO não inferior a 10% (dez por cento) da estimativa de custos devidamente comprovado através da apresentação do balanço patrimonial.

6.4.3.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, com devido CRC ativo, apresentada pelo licitante.

6.4.3.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, com devido CRC ativo, apresentada pelo fornecedor.

6.5. Qualificação técnica:

6.5.1. Qualificação técnico-operacional.

6.5.1.1. Prova de inscrição ou registro do licitante, junto ao conselho competente: CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), da localidade da sede do licitante, em plena validade;

6.5.1.2 Apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, na execução de serviços de complexidade tecnológica e operacional similar, compatível com o objeto que comprove, de maneira satisfatória, a aptidão da empresa para desempenhos de atividade do objeto a ser licitado, correspondente a 2% (dois por cento) do quantitativo do objeto a ser licitado.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES



Considera-se este percentual, como parcela de maior relevância técnica, à comprovação de quantitativos em atestado individual ou cumulativamente em relação aos serviços de manutenção corretiva.

6.5.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou filiais, bem como por empresas de um mesmo grupo econômico entre si.

6.5.1.4 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

6.5.2. Qualificação técnico-profissional

6.5.2.1. Comprovação do licitante possuir 1 (um responsável técnico, com diploma em Engenharia Mecânica, Engenharia Eletricista, Engenharia Eletrônica, Técnico em Refrigeração de Ar Condicionado, Técnico em Mecânica e Técnico em Eletromecânica na data prevista para entrega dos documentos, profissional devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de Certidão de Acervo Técnico, com registro de atestado, que comprove a execução de serviços de características técnicas semelhantes às do objeto da presente licitação.

6.5.2.2 A vinculação do profissional com o licitante, poderá ser comprovada por meio de relações de trabalho, contratos de prestação de serviços, vínculo societário entre a empresa e o profissional especializado, ou mesmo declaração de contratação futura do profissional. Essa declaração deve ser acompanhada de declaração de anuência do profissional.

6.5.2.3. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita por meio do ato constitutivo e certidão do conselho profissional competente, conforme o caso.

6.5.2.4. Não serão admitidas certidões ou atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

6.5.2.5. Prova de inscrição ou registro de profissionais do licitante, junto ao conselho competente: CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais) regional, da localidade da sede do licitante, em plena validade;

6.5.3. Declaração do licitante que no ato da contratação apresentará e comprovará capacidade técnica e estrutural para execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de condicionamento de ar:

6.5.3.1. Estrutura e logística para pronto atendimento em caso de substituição de equipamentos no(s) local(is) da Prefeitura Municipal de Fortaleza – CE, a ser comprovada no ato da contratação, de modo que no prazo máximo de 01 (um) dia útil o equipamento substituto esteja instalado, caso o equipamento com defeito e/ou em manutenção que não possa ser realizada no(s) local(is) seja necessário seu deslocamento à sede da contratada, a qual deve apresentar equipamentos reserva para esta finalidade, no quantitativo de:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Tipo de equipamento	Quantidade de equipamentos reserva a serem comprovados no ato da contratação
JANELEIRO DE 7.000 A 30.000 BTUS	10 (dez) unidades distribuídas entre 7.000 A 30.000 BTUS
SPLIT CASSETE DE 15.000 A 48.000 BTUS	10 (dez) unidades distribuídas entre 15.000 A 48.000 BTUS
SPLIT PISO TETO DE 12.000 A 240.000 BTUS	10 (dez) unidades distribuídas entre 12.000 A 240.000 BTUS
SPLIT HI-WALL DE 7.000 A 60.000 BTUS	10 (dez) unidades distribuídas entre 7.000 A 60.000 BTUS
MULTISPLIT - SISTEMA VRF	01 (uma) unidade

6.5.3.1.1 Comprovação de propriedade de máquinas reservas.

a) A licitante vencedora, após o encerramento do processo licitatório, no ato da assinatura do contrato deverá apresentar a comprovação de propriedade de aparelhos reserva, por meio de nota fiscal em seu nome, respeitando os quantitativos e a capacidade térmica em BTUs dos equipamentos relacionados na tabela do subitem **6.5.1.2**, devendo preservar e manter a propriedade durante toda a execução contratual, para fins de substituição provisoriamente de equipamentos da contratante que se encontrem em conserto na sede da contratada.

b) O setor técnico da Prefeitura Municipal de Fortaleza-Ce procederá vistoria *in loco* para fim de verificação das referidas unidades reservas na sede da futura contratada, acompanhadas das respectivas notas fiscais de propriedade da empresa, para fins de assinatura do contrato.

c) Será concedido o prazo de até 03 (três) dias úteis, sob risco de não ser assinado o contrato, para que a licitante interessada apresente tais equipamentos com notas fiscais, podendo ser prorrogado por igual prazo a critério da administração. Concedido o primeiro prazo ou, ainda, o prazo de prorrogação sem que a licitante apresente tais equipamentos com respectivas notas fiscais, será terminantemente encerrada a convocação para assinatura do contrato.

6.5.4. A CONTRATADA deverá possuir e comprovar capacidade técnica e estrutural para execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de condicionamento de ar. Isto inclui obedecer a Portaria Nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde, a Lei 13.589/2018 que dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes., a resolução 9/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA que determina os níveis de aerodispersóides não devem exceder 80 µg/m³, além das Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, NBR-13971, NBR 14679, NBR 16401, NBR 7256 e NBR- 16655-1, 2 e 3.

6.5.5. Cumprir as legislações e exigências correlatas contidas no subitem **3.1 e seguintes**. **6.5.6.** Caberá à contratada executar os serviços em estrita conformidade com os requisitos de sustentabilidade disposto na Instrução Normativa SLTI/MP Nº 1 de 19 de janeiro de 2010, e se pautará no uso racional de recursos de forma a evitar e prevenir o desperdício, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



6.5.7. A contratada deverá fornecer aos seus profissionais Equipamentos de Proteção Individual - EPI, que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma de Regulamentadora Nº 6 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

6.5.8. Os produtos empregados pela contratada deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais positivos e negativos a eles associados.

6.5.9. A contratada deverá cumprir a legislação e normas vigentes de critérios ambientais na gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos.

6.5.10. A contratada deve adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I - Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA (IN MPOG /SLTI nº 01/2010).

II - Utilizar produtos sustentáveis e de menor impacto ambiental.

III - Utilizar produtos, preferencialmente, acondicionados em embalagem produzidas com materiais recicláveis e atóxicos, conforme determina as normas da ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, de forma a garantir a máxima proteção durante sua utilização, transporte e armazenamento.

IV - Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada.

V - Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento.

6.5.11. Todos os 07 (sete) técnicos, 07 (sete) auxiliares e um supervisor de equipe residentes, que irão compor as equipes de atividades em campo deverão possuir, no mínimo, cursos de NR10 que deverão ser comprovados no ato da assinatura do contrato. Tais certificados deverão ser apresentados pela licitante vencedora no ato da contratação, sob risco de impedimento da assinatura contratual.

6.5.12. Todos os 07 (sete) técnicos, 07 (sete) auxiliares e um supervisor de equipe residentes deverão possuir registro no CFT (Conselho Federal dos Técnicos). Tais certificados deverão ser apresentados pela licitante vencedora no ato da contratação, sob risco de impedimento da assinatura contratual.

6.5.13. Todos os funcionários da contratada quando estiverem prestando serviços à contratante deverão estar devidamente fardados, portando crachá de identificação e utilizando os EPI's necessários a cada tipo de serviço e com todos os equipamentos e ferramentas necessários para uma boa execução dos serviços 4.1.3.9.

Das condições de garantia:

6.5.14. A contratada deverá fornecer declaração de garantia dos serviços realizados, com todas as peças e componentes substituídos com garantia mínima de 6 (seis) meses.

6.5.15. A licitante deverá declarar a sua estrutura com a indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos”.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



7. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. A despesa decorrente desta licitação ocorrerá à conta de dotação consignada abaixo:

- Projeto Atividade: 04.122.0001.2016.0001, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento do Gabinete do Prefeito - **GABPREF**;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.2016.0049 / 10.304.2037.2112.0002, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Coordenadoria Especial de Proteção e Bem-Estar Animal - **COEPA**;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.2016.0002, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Fortaleza - **IPPLAN**;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.2016.0003, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.501.0000.00.00, do orçamento da Agência de Fiscalização de Fortaleza – **AGEFIS**;
- Projeto Atividade: 19.122.0001.2016.0004, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza - **CITINOVA**;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.2016.0006, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento do Gabinete do Vice-Prefeito - **GABVICE**.
- Projeto Atividade: 02.122.0001.2016.0007, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Procuradoria Geral do Município – **PGM**;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.2016.0015, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01 do orçamento da Secretaria Municipal das Licitações da Prefeitura de Fortaleza – **SELIFOR**;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.2016.0008, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.501.0000.00.00, do orçamento da Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - **ACFOR**;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.2016.0009, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Controladoria e Ouvidoria Geral do Município - **CGM**;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.2016.0010, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Secretaria Municipal de Governo - **SEGOV**;
- Projeto Atividade: 06.122.0001.2016.0011 / 06.181.0189.2056.0001, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Secretaria Municipal da Segurança Cidadã – **SESEC**;
- Projeto Atividade: 06.122.0001.2016.0012, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Guarda Municipal de Fortaleza - **GMF**;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.2016.0014, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão - **SEPOG**;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- Projeto Atividade: 04.122.0001.2016.0016, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.0001 / 0.1.501.0000.0000, do orçamento do Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos - **IMPARH**;
- Projeto Atividade 04.122.0001.2016.0019, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos - **SCSP**;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.2016.0020, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.501.0000.00.00 / 0.1.752.0000.00.00, do orçamento da Autarquia Municipal de Transito e Cidadania – **AMC**;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.2016.0024, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.759.0000.00.03, do orçamento do Fundo de Investimento e Desenvolvimento de Atividades da Administração Fazendária – **FIDAF/SEFIN**;
- Projeto Atividade: 12.361.0042.2124.0001 / 12.361.0193.2109.0001 12.365.0052.2113.0001 / 12.368.0105.2881.0001, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.500.1001.00.00 / 0.1.550.0000.00.00, do orçamento do Fundo Municipal de Educação - **FME/SME**;
- Projeto Atividade: 10.122.0001.2016.0028 / 10.122.0121.2061.0001, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.500.1002.00.00, do orçamento do Fundo Municipal de Saúde - **FMS/SMS**;
- Projeto Atividade: 10.301.0119.2504.0001 / 10.302.0123.2024.0001 Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.600.0000.00.00, do orçamento do Fundo Municipal de Saúde - **FMS/SMS**;
- Projeto Atividade: 10.302.0123.2024.0001, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1621.0000.00.00, do orçamento do Fundo Municipal de Saúde - **FMS/SMS**;
- Projeto Atividade: / 10.302.0123.2514.0001 / 10.302.0123.2528.0001 / 10.304.0128.2239.0001 / 10.305.0128.2010.0001, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.600.0000.00.00, do orçamento do Fundo Municipal de Saúde - **FMS/SMS**;
- Projeto Atividade: 10.302.0123.2621.0001, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.600.0000.0000, do orçamento do Hospital Distrital Gonzaga Mota Barra do Ceará – **HDGM-BC**;
- Projeto Atividade: 10.302.0123.2621.0002, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.600.0000.00.00, do orçamento do Hospital Distrital Dr. Evandro Ayres de Moura – **HDEAM**;
- Projeto Atividade: 10.302.0123.2621.0003, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.600.0000.00.00, do orçamento do Hospital Distrital Maria José Barroso de Oliveira - **HDMJBO**;
- Projeto Atividade: 10.302.0123.2621.0005, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.600.0000.00.00, do orçamento do Hospital Distrital Gonzaga Mota José Walter – **HDGM-JW**;
- Projeto Atividade: 10.302.0123.2621.0007, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.600.0000.00.00, do orçamento do Hospital Distrital Gonzaga Mota Messejana – **HDGMM**;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- Projeto Atividade: 10.302.0123.2545.0001, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.600.0000.0000, do orçamento do Hospital e Maternidade Dra. Zilda Arns Neumann – **HMDZAN**;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.2016.0030 / 11.333.0026.1045.0001 / 11.333.0026.2126.0001 / 11.333.0152.2126.0002, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico - **SDE**;
- Projeto Atividade: 27.813.0005.2834.0001, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - **SECEL**;
- Projeto Atividade: 23.122.0001.2016.0038, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01 do orçamento da Secretaria Municipal do Turismo – **SETFOR**;
- Projeto Atividade: 08.122.0001.2016.0039 / 08.122.0001.2428.0001 / 08.244.0036.1408.0001 / 08.244.0036.2305.0001 / 08.306.0160.2012.0001 / 08.422.0031.2052.0001, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – **SDHDS**;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.2016.0040, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento do Departamento Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor – **PROCON**;
- Projeto Atividade: 08.243.0001.2016.0041 / 08.243.0186.2046.0001 / 14.243.0186.2051.0001, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Fundação da Criança e da Família Cidadã – **FUNCI**;
- Projeto Atividade: 08.243.0211.2230.0001, Elemento de Despesa 33.90.39, Fontes de Recurso: 0.1.500.0000.00.01 / 0.1.660.0000.00.00 / 0.1.661.0000.00.01, do Fundo Municipal de Assistência Social - **FMAS**;
- Projeto Atividade: 08.244.0141.2021.0001, Elemento de Despesa 33.90.39, Fontes de Recurso: 0.1.500.0000.00.01 / 0.1.660.0000.00.00 / 0.1.661.0000.00.01, do Fundo Municipal de Assistência Social - **FMAS**;
- Projeto Atividade: 08.244.0210.2028.0001, Elemento de Despesa 33.90.39, Fontes de Recurso: 0.1.500.0000.00.01 / 0.1.660.0000.00.00 / 0.1.661.0000.00.01, do Fundo Municipal de Assistência Social - **FMAS**;
- Projeto Atividade: 08.244.0211.2027.0001, Elemento de Despesa 33.90.39, Fontes de Recurso: 0.1.500.0000.00.01 / 0.1.660.0000.00.00 / 0.1.661.0000.00.01, do Fundo Municipal de Assistência Social - **FMAS**;
- Projeto Atividade: 13.122.0001.2016.0043 / 13.392.0194.2389.0001, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Secretaria de Cultura de Fortaleza - **SECULTFOR**;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.2016.0044, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Secretaria Municipal da Gestão Regional – **SEGER**;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- Projeto Atividade: 18.122.0001.2016.0022, elemento de despesa 33.90.39, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza – URBFOR.

8. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S):

8.1. ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG.

8.2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

SEQ.	ÓRGÃO/ENTIDADE	ENDEREÇO
01	GABPREF	Rua São José, 01 – Centro – CEP: 60.060-170.
02	COEPA	Av. Pontes Vieira, 2391 – Aldeota – CEP: 60.135-237.
03	IPPLAN	Parque da Liberdade (Cidade da Criança) – Rua Pedro I, S/N – Centro – CEP: 60.035-100.
04	AGEFIS	Rua Francisco José Albuquerque Pereira, 1020 – Cajazeiras – CEP: 60.864-520.
05	CITINOVA	Rua dos Tremembés, 02 – Praia de Iracema. CEP: 60.060-250.
06	GABVICE	Rua dos Pacajús, 20 – Praia de Iracema – CEP: 60.060-520.
07	PGM	Rua Israel Bezerra 570 - 5º andar - Bairro: Dionísio Torres. CEP: 60.135 - 460.
08	SELIFOR	Rua Israel Bezerra 570 - 2º andar - Bairro: Dionísio Torres. CEP: 60.135 - 460.
09	ACFOR	Av. Antônio Sales, 1885 – Sobreloja – Dionísio Torres. CEP: 60.135-101.
10	CGM	Rua Israel Bezerra 570 - 3º Pavimento - Bairro: Dionísio Torres. CEP: 60.135 - 460.
11	SEGOV	Rua São José, 01 – Centro. CEP: 60.060-170.
12	SESEC	Rua Padre Pedro de Alencar, 2230 - Messejana. CEP: 60.873-082.
13	GMF	Rua Padre Pedro de Alencar, 2230 - Messejana. CEP: 60.873-082.
14	SEPOG	Av. Desembargador Moreira, 2875 – Dionísio Torres. CEP: 60.170-002.
15	IMPARH	Av. João Pessoa, 5609 – Damas. CEP: 60.435-682.
16	SCSP	Av. Pontes Vieira, 2391 – Dionísio Torres. CEP: 60.135-237.
17	AMC	Av. Desembargador Gonzaga, 1630 – Cidade dos Funcionários. CEP: 60.823-012.
18	FIDAF/SEFIN	Rua General Bezerril, 755 – Centro. CEP: 60.055-100.
19	FME/SME	Av. Desembargador Moreira, 2875 – Dionísio Torres. CEP: 60.170-002.
20	FMS/SMS	Rua Barão do Rio Branco, 910 – Centro. CEP: 60.025-060.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



21	HDGM-BC	Av. Dom Aloísio Lorscheider, 1130 – Conjunto Beira Rio – Vila Velha – CEP: 60.347-180.
22	HDEAM	Rua Cândido Maia, 294 – Antônio Bezerra. CEP: 60.356-830.
23	HDMJBO	Av. General Osório de Paiva, 1127 – Parangaba. CEP: 60.720-000.
24	HDGM-JW	Av. C, 504 - 2ª etapa – Conjunto José Walter. CEP: 60.750-000.
25	HDGMM	Av. Washington Soares, 7700 – Messejana. CEP: 60.811-342.
26	HMDZAN	Av. Lineu Machado, 155 – Jôquei Clube. CEP: 60.520-101.
27	SDE	Rua Tibúrcio Cavalcante, 1233 – Aldeota. CEP: 60.125-045.
28	SECEL	Rua Ildefonso Albano, 2050 – Dionísio Torres. CEP: 60.115-000.
29	SETFOR	Rua dos Tabajaras, 397, Praia de Iracema. CEP. 60.060-510
30	SDHDS	Rua Padre Pedro de Alencar, 2230 – Messejana. CEP: 60.873-082.
31	PROCON	Rua Major Facundo, 869-Centro-Fortaleza. Cep: 60.025-100
32	FUNCI	Av. Pontes Vieira, 1091 - Dionísio Torres - CEP: 60.135-237.
33	FMAS / SDHDS	Rua Padre Pedro de Alencar, 2230 – Messejana. CEP: 60.873-082
34	SECULTFOR	Rua Padre Valdevino, 1040 - Joaquim Távora CEP: 60.135.040.
35	SEGER	Rua Professor Juraci Mendes de Oliveira, 01 – Edson Queiroz – CEP: 60.811-450.
36	URBFOR	Rua Jorge Dumar, 1501 – Benfica. CEP: 60.020-055.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1.1. Prestar o serviço e fornecer o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

9.1.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.1.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no art. 125, da Lei nº 14.133/2021, tomando-se por base o valor contratual.

9.1.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

9.1.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

9.1.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



9.1.7. Quaisquer irregularidades, tanto na qualidade dos produtos como na entrega desses, deverão ter sua correção no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contadas após a formalização da reclamação.

9.1.8. Discriminar na nota fiscal as especificações do objeto de modo idêntico àquele apresentado na proposta.

9.1.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

9.1.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.1.11. Manter-se, durante todo o período de vigência da Ata/Contrato a ser firmado, um preposto aceito pela Contratante, para representação da licitante vencedora sempre que for necessário e comunicando, por escrito, à Contratante qualquer mudança de endereço ou telefone de contato.

9.1.12. Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

9.1.13. É de responsabilidade da CONTRATADA estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que se tratar da manipulação dos dados da Contratante e de terceiros, em sua criptografia, armazenamento e demais tratativas resguardando os dados utilizados.

9.1.14. Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de dados – LGPD (13.709/2018), contidos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados à CONTRATANTE, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informações, decorrentes de ação dolosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar à CONTRATANTE ou terceiros.

9.1.15. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATADA com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

9.1.16. A CONTRATADA se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares das pessoas naturais vinculadas à CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas nos incisos II a X do art. 7º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

9.1.17. Devem ser mantidas pela CONTRATADA todas as condições de habilitação na oportunidade da assinatura do contrato, bem como durante toda a execução contratual.

9.1.18. O contratado deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

9.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- 9.2.1.** Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar, na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva entrega do objeto pelo (a) servidor/Comissão de fiscalização do Contrato ou outro designado pela autoridade competente.
- 9.2.2.** Assegurar-se da entrega do objeto, verificando sempre o seu bom desempenho, através do (a) servidor/Comissão de fiscalização.
- 9.2.3.** Documentar as ocorrências havidas.
- 9.2.4.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA que sejam necessários à execução do Contrato.
- 9.2.5.** Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas no instrumento contratual.
- 9.2.6.** Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Fornecimento.
- 9.2.7.** Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021.
- 9.2.8.** Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 9.2.9.** Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.
- 9.2.10.** Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que trata da proteção dos dados pessoais, a CONTRATANTE se obriga a dar ciência prévia à CONTRATADA quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.
- 9.2.11.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, em conformidade com o Edital e seus anexos.
- 9.2.12.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 9.2.13.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada, cujas condições estarão estabelecidas no instrumento contratual.
- 9.2.14.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2.15.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 9.2.16.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como no Decreto Municipal nº 15.604/2023, e, por fim, as condições estabelecidas no instrumento contratual.
- 9.2.17.** Cientificar os órgãos responsáveis para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado, nos moldes previstos do art. 17 do Decreto Municipal nº 15.604/2023.
- 9.2.18.** A Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, para emitir decisão sobre todas as solicitações e

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.2.19. Em caso de solicitação do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no que pertine ao instrumento contratual, este será respondido pelos órgãos e entidades contratantes, no prazo estipulado no próprio documento, conforme o que preceitua o art. 92, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021.

9.2.20. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei, o licitante que praticar ato ilícito, na forma do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e especialmente quando:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial, quando:

10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. Deixar de apresentar amostra, caso solicitada pela Administração Pública;

10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.2.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.2.9. Fraudar a licitação;

10.1.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.2.11. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.2.12. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.2.13. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.2.14. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.2.15. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

10.2. O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o devido processo legal, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados pelas infrações administrativas praticadas contra a Administração Pública municipal direta e indireta do Município de Fortaleza.

10.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

10.4. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - Descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave; ou

II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

10.5. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do subitem 10.4.

b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - De 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

a) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado

b) Não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

- a) Der causa à inexecução total do contrato;
- b) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§4º Na aplicação da sanção prevista no caput do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§5º Se a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

§6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§9º Decorrido o prazo previsto no §8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

10.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documento fiscal.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a, inciso I do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, ou que cause grave dano à Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - Der causa à inexecução total do contrato;

III - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Parágrafo único. A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o imputado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Fortaleza, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou

V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§1º A sanção de declaração de inidoneidade prevista no caput deste artigo também será aplicada nas infrações administrativas do artigo 15 do Decreto Municipal nº 15.604/2023 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

§2º A sanção prevista no subitem 11.8 impedirá o imputado de licitar ou contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§3º A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta deverá ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade superior.

10.9. O pagamento das multas não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



porventura cometidas, inclusive pela inobservância do disposto na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), na forma abaixo estipuladas:

10.9.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada ao CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da **CONTRATADA**, quando for o caso.

10.9.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da **CONTRATADA**, quando for o caso.

11. DA PUBLICAÇÃO:

11.1. Incumbirá ao contratante divulgar o instrumento contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos moldes e prazos estabelecidos nos artigos 91, caput, 94 e 174 da Lei nº 14.133/2021, podendo ainda ser realizada a devida publicação no Diário Oficial do Município – DOM.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



APÊNDICE I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

1.1. Número do processo: **P372105/2024**

1.2. Área solicitante:

Nº CÓDIGO - SIGLA ENTIDADE

1. 11101 - Gabinete do Prefeito
2. 11102 - Coordenadoria Especial de Proteção e Bem-Estar Animal
3. 11202 - Instituto de Pesquisa e Planejamento de Fortaleza
4. 11204 - Agência de Fiscalização de Fortaleza
5. 11205 - Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza
6. 12101 - Gabinete do Vice-Prefeito
7. 13101 - Procuradoria Geral do Município
8. 13102 - Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza
9. 13201 - Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental
10. 14101 - Controladoria e Ouvidoria Geral do Município
11. 15101 - Secretaria Municipal de Governo
12. 17101 - Secretaria Municipal da Segurança Cidadã
13. 17102 - Guarda Municipal de Fortaleza
14. 18101 - Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
15. 18201 - Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos
16. 19101 - Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos
17. 19201 - Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania
18. 23901 - Fundo de Investimento e Desenvolvimento de Atividades da Administração Fazendária
19. 24901 - Fundo Municipal de Educação
20. 25901 - Fundo Municipal de Saúde
21. 25908 - Hospital Distrital Gonzaga Mota Barra do Ceará
22. 25910 - Hospital Distrital Evandro Ayres de Moura
23. 25911 - Hospital Distrital Maria José Barroso de Oliveira
24. 25913 - Hospital Distrital Gonzaga Mota José Walter
25. 25915 - Hospital Distrital Gonzaga Mota Messejana
26. 25918 - Hospital e Maternidade Dra. Zilda Arns Neumann
27. 26101 - Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico
28. 29101 - Secretaria Municipal do Esporte e Lazer
29. 30101 - Secretaria Municipal do Turismo de Fortaleza
30. 31101 - Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
31. 31201 - Fundação da Criança e da Família Cidadã
32. 31901 - Fundo Municipal de Assistência Social
33. 31102 – Departamento Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor
34. 32101 - Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza
35. 33101 - Secretaria Municipal da Gestão Regional
36. 33201 - Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A necessidade da contratação surge da obrigação legal estabelecida pela Lei nº 13.589/2018, que determina que todos os edifícios públicos e privados realizem a manutenção de seus sistemas de ar-condicionado. Esta lei visa assegurar a qualidade do ar em ambientes internos, regulando aspectos essenciais como temperatura, umidade, velocidade do ar, taxa de renovação e o grau de pureza do ar. A não observância dessas exigências pode resultar em impactos negativos à saúde dos usuários, além de não conformidades legais.

No âmbito da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), os órgãos e entidades utilizam sistemas de ar-condicionado para garantir o conforto térmico dos servidores e do público que frequentam esses espaços. Entretanto, sem a manutenção regular e adequada, os equipamentos podem sofrer desgaste, levando à diminuição da eficiência energética, ocasionando incêndios, aumento dos custos operacionais e até mesmo à falha completa dos sistemas.

Ademais, as manutenções preventiva e corretiva garantem o funcionamento correto dos equipamentos citados e assim garantem a saúde e a segurança dos servidores e demais usuários dos serviços oferecidos pela PMF. Os edifícios devem ter a manutenção dos sistemas de climatização realizadas com base em um plano de manutenção, operação e controle, a fim de prevenir ou minimizar riscos à saúde dos ocupantes. Dessa forma, a contratação de uma empresa especializada em instalação, desinstalação e manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de ar-condicionado é essencial para garantir a continuidade dos serviços públicos com qualidade, segurança e conformidade legal, promovendo a preservação do patrimônio público e a saúde dos cidadãos que utilizam esses espaços. Outros serviços foram analisados poderiam ser contratados como: **técnicos qualificados e treinamento contínuo**, apresentando as seguintes vantagens: controle direto e maior visibilidade sobre agendas, tarefas e prazos, reduzindo dependência de terceiros, mas as desvantagens seriam custos fixos mais altos: salários, benefícios, treinamentos e encargos podem encarecer em comparação a terceirizados.

Substituição de sistemas antigos por unidades mais eficientes (inverter, VRF/VRV), com retorno de investimento (ROI) definido apresentando as vantagens de eficiência energética: maior consumo reduzido, menor Custo Total de Período de Propriedade (TCO) e retorno de investimento mais rápido. Desvantagens: Investimento inicial elevado: aquisição, mão de obra, obras civis e adaptações elétricas podem exigir capital significativo. Os serviços serão prestados de forma contínua, sendo aqueles que, pela sua essencialidade, visam a atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional. Os serviços prestados de **INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE AR CONDICIONADOS** tem natureza continuada, contudo necessários à PMF em frequência constante durante o ano, não sendo possível haver solução de continuidade do serviço, cuja interrupção pode comprometer a execução das suas atividades finalísticas bem como ao seu suporte.

Dessa forma, para que não haja dispêndios de tempo e recurso humano empregados na instrução processual de nova contratação quando do fim do contrato, resta configurada a necessidade de que a contratação se estenda por mais de um exercício financeiro.

Será adotado pregão eletrônico, conforme Decreto 10.024/2019, e Decreto Municipal 12.255, de 6 de setembro de 2007, referente à regulamentação do sistema de registro de preços no âmbito da Prefeitura

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



de Fortaleza, que estabelece que as compras públicas devam ser planejadas e sempre que possível utilizar o sistema de registro de preço, evitando as aquisições emergenciais e fragmentadas.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1. Foi realizado amplo estudo de mercado, a fim de identificar as melhores práticas e soluções para atender a necessidade de manutenção de ar-condicionado, dos órgãos e entidades do município de Fortaleza. Para isso, foram realizadas as seguintes ações:

Consulta a Licitações Anteriores: análise de contratações anteriores realizadas por órgãos públicos, para verificar as soluções aplicadas e as características dos serviços e/ou materiais demandados.

Pesquisa de Mercado: Pesquisa realizada no site Banco de Preços.

Envio de email para os fornecedores abaixo solicitando orçamento.

3.1.1 Empresas em que foram enviados email.

Nome ou razão social do fornecedor: STARC ARCONDICIONADO E REFRIGERAÇÃO LTDA – sem retorno

Objeto: Contratação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em ar condicionado - com reposição de peças originais, insumos e acessórios, desinstalação, remoção, remanejamento e instalação, de aparelhos de climatização.

Local: Fortaleza / CE

Nome ou razão social do fornecedor: INOVAR ARCONDICIONADO- sem retorno

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado.

Local: Fortaleza / CE

Nome ou razão social do fornecedor: ARBEM CLIMATIZAÇÃO – não será possível atender

Objeto: Empresa especializada em serviços de manutenção corretiva e preventiva em ar condicionado - com reposição de peças originais, insumos e acessórios, desinstalação, remoção, remanejamento e instalação, de aparelhos de climatização.

Local: Fortaleza/CE

Nome ou razão social do fornecedor: MACNOR REPRESENTACOES E COMERCIO LTDA

Objeto: Empresa especializada que presta serviço de instalação e manutenção em equipamentos de ar-condicionado.

Local: Fortaleza/CE.

3.1.2 Resultado do Levantamento

Soluções aplicadas: contratação de empresa especializada.

Características dos serviços e/ou materiais demandados: instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva.

Localização da empresa com atuação no Estado do Ceará.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

Justificativa para Dispensa de Estudos Complementares:

Considerando que o serviço manutenção de ar-condicionado é classificado como um bem comum, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, com especificações técnicas padronizadas e ampla disponibilidade e concorrência no mercado, não se justifica a necessidade de um estudo técnico mais aprofundado. A experiência da Administração em contratações anteriores similares (PE 166 2023 e PE 380 2022) demonstrou que o Sistema de Registro de Preços (SRP), na modalidade Pregão Eletrônico, é o meio mais eficiente para esta aquisição, garantindo economicidade e celeridade sem prejuízo à qualidade. A prestação de serviço, aliada à consolidação da prática administrativa, torna dispensável a elaboração de análises mais complexas.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta envolve a contratação de uma empresa especializada para instalação, desinstalação e manutenção de sistemas de ar-condicionado de diversos tipos e capacidades, por meio de registro de preços. O serviço incluirá:

4.1. INSTALAÇÃO

4.1.1. O serviço de instalação do equipamento deve contemplar a mão de obra e fornecimento de todos os materiais e acessórios necessários. Todos os materiais e acessórios referentes à instalação devem ser novos, tais como: tubulações, dreno, eletrodutos e demais itens necessários para o correto funcionamento do equipamento;

4.1.2. As unidades condensadoras deverão ser instaladas conforme orientação do fabricante e apoiadas em suporte de aço galvanizado, os quais deverão ser fornecidos pela CONTRATADA;

4.1.3. A CONTRATADA deverá realizar levantamento prévio, certificando-se de que não haverá danos a outras instalações existentes nos pavimentos (elétrica, hidráulica, dutos de renovação de ar, entre outras) para passagem da tubulação de dreno;

4.1.4. A instalação dos equipamentos deve seguir rigorosamente o manual do fabricante e Normas da ABNT;

4.1.5. Todos os materiais, equipamentos e instalações deverão estar de acordo com os regulamentos de proteção contra incêndio, especialmente os isolamentos térmicos que deverão ser feitos de material incombustível ou autoextinguível.

4.2. DESINSTALAÇÃO

4.2.1. Será necessário quando o aparelho não apresentar funcionamento satisfatório e necessitar ser trocado;

4.2.2. O serviço de desinstalação do equipamento deve contemplar a mão de obra, fornecimento de todos os materiais e acessórios necessários.

4.2.3. Incluirá a realização de cuidados para que o gás refrigerante do compressor não seja eliminado;

4.2.4. Desinstalação das evaporadoras e das condensadoras de ar, os quais deverão ser colocados em local designado pela contratante.

4.3. MANUTENÇÃO PREVENTIVA**SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



4.3.1. A MANUTENÇÃO PREVENTIVA tem por objetivo antecipar-se, por meio de ensaios e rotinas, ao aparecimento de defeitos causados pelo uso normal e rotineiro dos equipamentos e instalações ou desuso;

4.3.2. A MANUTENÇÃO PREVENTIVA consiste na limpeza do conjunto evaporador e condensador do equipamento, incluindo chassi, turbinas, serpentinas, carcaças, bem como a verificação de pressão do conjunto de refrigeração, verificação de funcionamento do compressor, testes dos componentes elétricos, eletrônicos e mecânicos do evaporador e condensador, verificação de filtros, serpentinas e sensores, vazão de ar, temperatura de insuflamento e retorno, limpeza de bandejas de drenagem e todos os procedimentos necessários para o bom funcionamento dos equipamentos.

4.3.3. A manutenção preventiva consistirá em procedimentos com periodicidade mensal, ou a critério de cada Órgão/Entidade contratante, conforme plano de trabalho, visando prevenir situações que possam gerar falhas ou defeitos, a conservação e o perfeito funcionamento, bem como recomendar ao Contratante eventuais providências, sob o seu controle, que possam estar e/ou vir a interferir no desempenho do mesmo;

4.3.4. A manutenção preventiva deverá ser feita independentemente de ter havido manutenção corretiva no período, devendo ser emitido relatório de atendimento específico para cada tipo de manutenção, conforme necessidade do Órgão/Entidade;

4.3.5. Todos os serviços deverão ser executados de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 17:00 horas, e, em casos excepcionais, poderão ser executados em outro horário devidamente autorizado pelo órgão, nos sábados, domingos e feriados ou, ainda, no período noturno, sem ônus adicional para a Contratante;

4.3.6. Quando houver necessidade da realização de serviços simultâneos, ou seja, quando for solicitada manutenção preventiva e corretiva em órgãos ou entidades distintos, nos mesmos dias e horários, deverá à contratada disponibilizar toda a estrutura necessária – mão de obra e material, sem prejuízo ou custos adicionais para a Contratante;

4.3.7. A Contratada será responsável pelo fornecimento de todo o instrumental, equipamentos de proteção individuais (EPI's), ferramentas e mão de obra especializada necessária para a execução dos serviços;

4.3.8. Será de responsabilidade da Contratada o fornecimento dos materiais de consumo necessários à execução dos serviços, tais como: materiais de limpeza, de lubrificação, estopas, soldas, espumas para vedação, produtos de pinturas, nitrogênio, oxigênio, acetileno, etc.

4.3.9. Constarão da manutenção preventiva, entre outros procedimentos necessários à conservação e ao perfeito funcionamento do equipamento, os seguintes serviços:

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA
Conferência e reposição do gás refrigerante e de outros tipos de gases, de modo a garantir a carga térmica necessária ao rendimento ótimo dos equipamentos.
Efetuar reaperto dos terminais, parafusos e molas.
Eliminar danos e sujeiras e corrosão no gabinete, na moldura da serpentina e na bandeja.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA
Lavar as serpentinas e bandejas com remoção do biofilme (lodo) sem o uso de produto desengraxante e corrosivo.
Limpeza de evaporador.
Limpeza de filtro de ar.
Limpeza de condensador.
Limpar/lavar (quando recuperável) ou substituir (quando descartável) o elemento filtrante.
Limpar bandeja condensação e dreno e sua operação.
Limpar o gabinete do condicionador e ventiladores (carcaça e rotor).
Lubrificação geral dos equipamentos.
Manutenção dos dutos e de todo o sistema de drenagem da água de condensação.
Medir e registrar corrente elétrica ventilador/compressor.
Medir e registrar temperatura ar insuflamento, retorno e ambiente.
Medir o diferencial de pressão.
Medir e registrar tensão elétrica na alimentação, do compressor e motores.
Verificar grades de ventilação/ exaustão.
Verificar chave seletora.
Verificar atuação do termostato.
Verificar válvula reversora.
Verificar estado de fiação, terminais e contatos elétricos.
Verificar a vedação dos painéis de fechamento do gabinete.
Verificar a tensão das correias, para evitar o escorregamento nas polias.
Verificar o funcionamento da resistência de aquecimento do cárter.
Verificar filtro e secador.
Verificar carga de gás refrigerante e vazamentos.
Verificar nível de óleo do compressor.
Verificar a operação da válvula de expansão.
Verificar e calibrar os dispositivos de segurança (pressostatos de alta/baixa e óleo).
Verificar e calibrar os dispositivos de segurança, relés térmicos e fusíveis.
Verificar a calibragem e regulagem do termostato de controle de temperatura do ambiente.
Verificar e eliminar sujeiras, danos e corrosão.
Verificar a operação dos controles de vazão.
Verificar resistência de isolamento dos motores e compressores.
Verificar protetor térmico compressor.
Verificar estado de conservação do isolamento termo-acústico do gabinete.
Verificar ruídos e vibrações anormais.
Verificar e eliminar frestas dos filtros.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



A empresa contratada será responsável pelo fornecimento dos materiais necessários para o bom funcionamento dos sistemas, incluindo peças de reposição. Além disso, deverá assegurar a correta destinação dos resíduos gerados durante as manutenções, garantindo o cumprimento de normas ambientais.

4.3. MANUTENÇÃO CORRETIVA DE AR CONDICIONADO

4.3.1. Manutenção que consiste em consertar ou reparar aparelhos de ar condicionado que não estejam em pleno funcionamento, incluindo neste serviço a substituição de peças/componentes que sofreram falhas ou desgastes. É o conjunto de serviços executados nos equipamentos que apresentam defeito em seu funcionamento, devendo estes reparos ser executados em caráter emergencial;

4.3.2. Para cada serviço preventivo identificado, fica também estabelecido que a CONTRATADA tem obrigação de executar o correspondente serviço de MANUTENÇÃO CORRETIVA (substituição de partes e peças, recomposição, reparo, conserto, etc.);

4.3.3. A manutenção corretiva com fornecimento de peças nos aparelhos de ar condicionado deverá ser realizada por demanda (empreitada por serviço unitário) quando da ocorrência de defeitos que inviabilizem sua utilização, assim entendidos como quaisquer problemas técnicos que interfiram diretamente no seu adequado funcionamento, ou, ainda, que possam danificá-lo com o tempo de uso;

4.3.4. Todas as peças, compressores, filtros, gás refrigerante e demais componentes necessários em caso de substituição deverão ser fornecidos pela empresa, não sendo aceitas peças usadas e/ou recondiçionadas, ou seja, as peças deverão ser novas e genuínas. As peças substituídas também deverão ter o descarte adequado;

4.3.5. Para apuração das quantidades estimadas, os serviços de manutenção corretiva de cada aparelho deverão ser realizados por demanda, **trimestralmente**, sempre que houver necessidade, visando à correção de defeitos ou falhas nos equipamentos contemplados pelo contrato, mediante emissão de Ordem de Serviço (OS) emitida pela gestão contratual.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO:

5.1 Requisitos de Qualificação

Habilitação Jurídica

Possuir alvará de funcionamento e, se necessário, registro em órgãos reguladores específicos. Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista devidamente atualizadas. A empresa deve seguir as normas de segurança do trabalho, como as estabelecidas pela NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) e NR-35 (Trabalho em Altura), garantindo a segurança dos trabalhadores e do ambiente. Está em conformidade com as Portarias nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde, em conformidade com a Lei 13.589/2018 que dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes, a resolução 9/2003 da ANVISA. ABNT, NBR – 13971, NBR 14679, NBR 16401, NBR 7526, NBR – 16655-1, 2, 3. Dependendo da região, pode ser necessário obter licenças específicas para a manipulação de refrigerantes ou para a realização de serviços em determinados tipos de equipamentos.

Cumprimento das normas ambientais e de segurança.

A empresa deve seguir as normas ambientais relacionadas ao descarte de resíduos e à utilização de gases refrigerantes, conforme a legislação vigente (ex: regulamentação sobre gases e refrigerantes e sua gestão **Lei nº 6.938/1981** – Política Nacional do Meio Ambiente). Logística reversa de fluidos refrigerantes: regras para coleta, armazenagem, transporte e destinação final de fluidos como R-22, R-410A, R-32, entre outros; exigir empresa credenciada para reciclagem/ENTRADA a destinação final.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Compromisso com práticas sustentáveis e a redução da emissão de poluentes. A empresa deve adotar práticas sustentáveis, como a gestão adequada de resíduos e a utilização de produtos de limpeza ecológicos. - Compromisso com a redução da emissão de gases refrigerantes, seguindo as normas ambientais vigentes.

Requisitos Técnicos

O fornecimento será efetuado de acordo com as necessidades dos órgãos e entidades do Município de Fortaleza. Nenhuma manutenção deverá ser realizada sem prévia autorização da fiscalização do contrato. Os prazos para a realização dos reparos deverão obedecer ao disposto do Tempo de Referência. Ao definir esses requisitos, a administração pública visa habilitar empresas capazes de fornecer um serviço eficiente, econômico e sustentável, atendendo as necessidades específicas dos órgãos públicos e proporcionando um uso nacional dos recursos públicos. A empresa deverá ter um suporte operacional de no mínimo 07(sete) técnicos, 07(sete) auxiliares e um supervisor de equipe para deslocamentos às sedes da contratante, para adequado atendimento das demandas de todos os órgãos do Município.

5.2 Requisitos Temporais

O fornecimento será efetuado de acordo com as necessidades dos órgãos e entidades do Município de Fortaleza. Nenhuma manutenção deverá ser realizada sem prévia autorização da fiscalização do contrato. Os prazos para a realização dos reparos deverão obedecer ao que vier a ser disposto no Termo de Referência. Os prazos deverão ter as seguintes prioridades conforme contrato, mas devem atender à criticidade do ambiente climatizado (hospitais, CPDs, escolas, etc.) com manutenções preventiva a cada 6 meses ou trimestral, conforme fabricante e operação) e prazos para conclusão de cada ciclo de manutenção, conforme descrição abaixo:

Tipo de Ocorrência	Prazo Máximo de Atendimento
Atendimento emergencial (pane total)	Até 24 horas úteis
Atendimento de falhas parciais	Até 48 horas úteis
Substituição de peças críticas	Até 5 dias úteis
Emissão de relatório técnico após serviço	Até 2 dias úteis após execução

5.3 Ao definir esses requisitos de qualificação e técnicos, a administração pública visa habilitar empresas capazes de fornecer um serviço eficiente, econômico e sustentável, atendendo às necessidades específicas dos órgãos públicos e proporcionando um uso racional dos recursos públicos.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

6.1. Os quantitativos do material descritos nos anexos deste Estudo Técnico Preliminar estão de acordo com a demanda de cada órgão ou entidade, consoantes justificativas acostadas aos autos do processo, e foram estimadas com base no Plano de Suprimento nº 3999/2024, conforme demonstrado abaixo:

Nº Plano: 3.999/2024 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE AR-CONDICIONADO					
Entidade: 18101 - SEPOG					
Criado por: Ana Luíza Rolim da Silva					
Criado em: 13/09/2024 16:34:32					
Ordem	Código	Descrição item	Unidade	Entidade	Quantidade
1	3577829			25908 - HDGM-BC	18

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

EDITAL Nº 10606 | PROCESSO ADM. Nº P372105/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90115/2026 | UASG: 927744

		MANUTENÇÃO PREVENTIVA AR CONDICIONADO JANELEIRO DE 7.000 A 30.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)	24901 - FME	150
				31101 - SDHDS	98
				33201 - URBFOR	8
				33101 - SEGER	180
				25910 - HDEAM	72
				31901 - FMAS	304
				17102 - GMF	6
				25901 - FMS - AC	120
				25913 - HDGM-JW	60
Total por itens					1.016
2	3577830	MANUTENÇÃO CORRETIVA AR CONDICIONADO JANELEIRO DE 7.000 A 30.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)	25913 - HDGM-JW	40
				24901 - FME	150
				31101 - SDHDS	141
				33101 - SEGER	180
				33201 - URBFOR	8
				25910 - HDEAM	72
				31901 - FMAS	398
				17102 - GMF	6
				25901 - FMS - AC	120
25908 - HDGM-BC	18				
Total por itens					1.133
3	3577832	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SPLIT CASSETE DE 15.000 A 48.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)	15101 - SEGOV	30
				31901 - FMAS	12
				17102 - GMF	240
				11202 - IPPLAN	120
				13102 - CLFOR	1
				13101 - PGM	552
				14101 - CGM	192
				25908 - HDGM-BC	15
				11101 - GABPREF	120
				31101 - SDHDS	10
				33101 - SEGER	180
				25911 - HDMJBO	120
				30101 - SETFOR	2
Total por itens					1.594
4	3577833	MANUTENÇÃO CORRETIVA SPLIT CASSETE DE 15.000 A 48.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)	31901 - FMAS	12
				25911 - HDMJBO	120
				33101 - SEGER	180
				31101 - SDHDS	10
				15101 - SEGOV	30
				11101 - GABPREF	60
				25908 - HDGM-BC	15

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕESRua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10606 | PROCESSO ADM. Nº P372105/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90115/2026 | UASG: 927744

				14101 - CGM	192
				30101 - SETFOR	2
				13101 - PGM	552
				13102 - CLFOR	1
				11202 - IPPLAN	86
				17102 - GMF	240
Total por itens					1.500
5	3577834	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SPLIT PISO TETO DE 12.000 A 240.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)	33101 - SEGER	480
				25911 - HDMJBO	132
				31101 - SDHDS	28
				15101 - SEGOV	130
				13201 - ACFOR	96
				24901 - FME	900
				11101 - GABPREF	70
				17101 - SESEC	480
				31102 - PROCON	72
				18101 - SEPOG	96
				23901 - FIDAF	72
				19101 - SCSP	24
				32101 - SECULTFOR	270
				25908 - HDGM-BC	21
				30101 - SETFOR	2
				19201 - AMC	180
				25901 - FMS - AC	120
				11202 - IPPLAN	120
				25915 - HDGMM	36
				13102 - CLFOR	10
				17102 - GMF	120
				31901 - FMAS	43
29101 - SECEL	180				
25910 - HDEAM	72				
Total por itens					3.754
6	3577835	MANUTENÇÃO CORRETIVA SPLIT PISO TETO DE 12.000 A 240.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)	19101 - SCSP	12
				32101 - SECULTFOR	270
				25908 - HDGM-BC	21
				30101 - SETFOR	2
				33101 - SEGER	480
				19201 - AMC	180
				25901 - FMS - AC	120
				11202 - IPPLAN	86

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10606 | PROCESSO ADM. Nº P372105/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90115/2026 | UASG: 927744

				25915 - HDGMM	36
				13102 - CLFOR	5
				17102 - GMF	120
				31901 - FMAS	51
				29101 - SECEL	180
				25910 - HDEAM	72
				25911 - HDMJBO	132
				31101 - SDHDS	22
				15101 - SEGOV	150
				13201 - ACFOR	32
				24901 - FME	900
				11101 - GABPREF	35
				17101 - SESEC	70
				31102 - PROCON	60
				18101 - SEPOG	24
				23901 - FIDAF	12
Total por itens					3.072
7	3577836	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SPLIT HI-WALL DE 7.000 A 60.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)	25901 - FMS - AC	3.132
				13102 - CLFOR	40
				11202 - IPPLAN	60
				25915 - HDGMM	720
				26101 - SDE	50
				17102 - GMF	120
				18201 - IMPARH	864
				31101 - SDHDS	412
				31901 - FMAS	784
				29101 - SECEL	1.440
				25910 - HDEAM	984
				12101 - GABVICE	144
				25911 - HDMJBO	1.464
				11102 - COEPA	320
				15101 - SEGOV	1.100
				13201 - ACFOR	276
				24901 - FME	6.991
				11101 - GABPREF	1.500
				17101 - SESEC	1.164
				31102 - PROCON	84
				18101 - SEPOG	1.008
				23901 - FIDAF	1.740
				19101 - SCSP	336
				11204 - AGEFIS	33
				33201 - URBFOR	236

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10606 | PROCESSO ADM. Nº P372105/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90115/2026 | UASG: 927744

				25913 - HDGM-JW	500
				31201 - FUNC	2.700
				32101 - SECULTFOR	900
				11205 - CITINOVA	432
				25908 - HDGM-BC	249
				14101 - CGM	480
				30101 - SETFOR	25
				33101 - SEGER	6.000
				19201 - AMC	1.440
				13101 - PGM	552
Total por itens				38.280	
8	3577837	MANUTENÇÃO CORRETIVA SPLIT HI-WALL DE 7.000 A 60.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)	33201 - URBFOR	236
				25910 - HDEAM	984
				25901 - FMS - AC	3.672
				12101 - GABVICE	72
				29101 - SECEL	1.440
				31901 - FMAS	682
				31101 - SDHDS	358
				18201 - IMPARH	864
				17102 - GMF	50
				26101 - SDE	50
				13102 - CLFOR	10
				25915 - HDGMM	720
				11202 - IPPLAN	76
				14101 - CGM	480
				13101 - PGM	552
				19201 - AMC	1.440
				33101 - SEGER	6.000
				30101 - SETFOR	25
				25908 - HDGM-BC	249
				31102 - PROCON	70
				11205 - CITINOVA	432
				32101 - SECULTFOR	900
				31201 - FUNC	2.700
				25913 - HDGM-JW	500
				11204 - AGEFIS	33
				19101 - SCSP	100
23901 - FIDAF	290				
18101 - SEPOG	252				
17101 - SESEC	120				

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

EDITAL Nº 10606 | PROCESSO ADM. Nº P372105/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90115/2026 | UASG: 927744

				11101 - GABPREF	750
				24901 - FME	6.991
				13201 - ACFOR	92
				15101 - SEGOV	1.100
				11102 - COEPA	260
				25911 - HDMJBO	1.464
Total por itens					34.014
9	3577838	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE UTA - UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR.	SERVIÇO (SERV)	25915 - HDGMM	192
				25908 - HDGM-BC	3
				25913 - HDGM-JW	100
				25910 - HDEAM	60
				17102 - GMF	96
Total por itens					451
10	3577839	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE UTA - UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR.	SERVIÇO (SERV)	25915 - HDGMM	192
				17102 - GMF	96
				25910 - HDEAM	60
				25913 - HDGM-JW	150
				25908 - HDGM-BC	3
Total por itens					501
11	3577840	MANUTENÇÃO PREVENTIVA MULTISPLIT - SISTEMA VRF.	SERVIÇO (SERV)	25915 - HDGMM	96
				17102 - GMF	96
				33101 - SEGER	24
				32101 - SECULTFOR	12
				25913 - HDGM-JW	1.872
				25911 - HDMJBO	156
				18201 - IMPARH	1
				13101 - PGM	372
Total por itens					2.629
12	3577841	MANUTENÇÃO CORRETIVA MULTISPLIT - SISTEMA VRF.	SERVIÇO (SERV)	25911 - HDMJBO	156
				25913 - HDGM-JW	1.872
				32101 - SECULTFOR	12
				33101 - SEGER	24
				17102 - GMF	96
				25915 - HDGMM	96
				13101 - PGM	372
Total por itens					2.628
13	3598344	SERVIÇO INSTALAÇÃO APARELHO CONDICIONADO (JANELEIRO, SPLIT CASSETE, SPLIT HI-WALL, SPLIT PISO TETO, ENTRE OUTROS MODELOS) COM	SERVIÇO (SERV)	26101 - SDE	30
				17102 - GMF	240
				18201 - IMPARH	30
				31101 - SDHDS	108
				31901 - FMAS	314

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕESRua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10606 | PROCESSO ADM. Nº P372105/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90115/2026 | UASG: 927744

		RECARGA DE GÁS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS.		29101 - SECEL	588
				25901 - FMS - AC	2.498
				12101 - GABVICE	12
				25915 - HDGMM	87
				25918 - HMDZAN	10
				33201 - URBFOR	122
				25911 - HDMJBO	100
				11102 - COEPA	120
				18101 - SEPOG	30
				15101 - SEGOV	30
				13201 - ACFOR	10
				24901 - FME	2.680
				11101 - GABPREF	50
				17101 - SESEC	150
				31102 - PROCON	5
				25908 - HDGM-BC	102
				23901 - FIDAF	45
				19101 - SCSP	50
				11204 - AGEFIS	10
				25913 - HDGM-JW	30
				11205 - CITINOVA	40
				32101 - SECULTFOR	60
				25910 - HDEAM	150
				14101 - CGM	50
				30101 - SETFOR	10
				19201 - AMC	50
				33101 - SEGER	250
				11202 - IPPLAN	16
				13101 - PGM	123
				31201 - FUNC1	2.760
				Total por itens	10.960
14	3600124	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO (JANELEIRO, SPLIT CASSETE, SPLIT HI-WALL, SPLIT PISO TETO ENTRE OUTROS MODELOS) COM FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS.	SERVIÇO (SERV)	13101 - PGM	123
				25918 - HMDZAN	10
				33201 - URBFOR	122
				25911 - HDMJBO	100
				11102 - COEPA	120
				18101 - SEPOG	30
				15101 - SEGOV	30
				13201 - ACFOR	10
				24901 - FME	2.680
				11101 - GABPREF	50

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10606 | PROCESSO ADM. Nº P372105/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90115/2026 | UASG: 927744

			17101 - SESEC	150
			31102 - PROCON	5
			25908 - HDGM-BC	102
			23901 - FIDAF	45
			19101 - SCSP	50
			11204 - AGEFIS	10
			25913 - HDGM-JW	30
			11205 - CITINOVA	40
			32101 - SECULTFOR	60
			25910 - HDEAM	150
			14101 - CGM	50
			30101 - SETFOR	10
			19201 - AMC	50
			33101 - SEGER	250
			11202 - IPPLAN	16
			26101 - SDE	30
			17102 - GMF	240
			18201 - IMPARH	30
			31901 - FMAS	284
			31101 - SDHDS	96
			29101 - SECEL	588
			25901 - FMS - AC	2.498
			12101 - GABVICE	12
			31201 - FUNCI	2.760
			25915 - HDGMM	87
			Total por itens	10.918
			Total geral de itens	112.450

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

6.2. PESQUISA DE PREÇO AR CONDICIONADOS

Item	Decrição Item	Unidade	Qtd	Relatório do Banco de Preços			Outros	Outros	Outros	Outros	Mediana	Total
Item 1	MANUTENÇÃO PREVENTIVA AR CONDICIONADO JANELEIRO DE 7.000 A 30.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)		33.661.414/0001-10 - Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro	07.954.480/0001-79 - GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ			Macnor Representações e Comércio Ltda Epp CNPJ 00376638/001-21				
			1.016	R\$ 291,8600	R\$ 300,0000			R\$ 260,0000			R\$ 291,8600	R\$ 296.529,76
2	MANUTENÇÃO CORRETIVA AR CONDICIONADO JANELEIRO DE 7.000 A 30.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)		07.954.480/0001-79 - GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ	33.661.414/0001-10 - Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro			Macnor Representações e Comércio Ltda Epp CNPJ 00376638/001-21				

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10606 | PROCESSO ADM. Nº P372105/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90115/2026 | UASG: 927744

			1.133	R\$ 300,0000	R\$ 291,8600			R\$ 280,0000			R\$ 291,8600	R\$ 330.677,38
3	MANUTEN ÇÃO PREVENTIV A SPLIT CASSETE DE 15.000 A 48.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)			11.358.294/0 002-25 - MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército ComandoMili tar do Sul 3ª Região Militar 3ª Regimento de Carros de Combate			Macnor Representações e Comércio Ltda Epp CNPJ 00376638/001- 21	Frigelar Comércio e Indústria Ltda é 92.660.406/0 001-19			
			1.594		R\$ 383,5000			R\$ 380,0000	R\$ 449,1000		R\$ 383,5000	R\$ 611.299,00
4	MANUTEN ÇÃO CORRETIVA SPLIT CASSETE DE 15.000 A 48.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)		37.115.409/00 01-63 - PODER JUDICIÁRIO Tribunal Superior do Trabalho 24ªRegião/MS			Macnor Representações e Comércio Ltda Epp CNPJ 00376638/001- 21	Cold Air Daniel Refrigeração CNPJ 340922030001 77				
			1.500	R\$ 396,4200				R\$ 490,0000	R\$ 450,0000		R\$ 450,0000	R\$ 675.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10606 | PROCESSO ADM. Nº P372105/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90115/2026 | UASG: 927744

5	MANUTEN ÇÃO PREVENTIV A SPLIT PISO TETO DE 12.000 A 240.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)			37.115.409/0 001-63 - PODER JUDICIÁRIO Tribunal Superior do Trabalho 24ªRegião/M S	44.563.583/ 0001-34 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU		Macnor Representações e Comércio Ltda Epp CNPJ 00376638/001- 21	Frigelar Comércio e Indústria Ltda é 92.660.406/0 001-19			
			3.754		R\$ 343,9600	R\$ 430,0000		R\$ 330,0000	R\$ 449,1000		R\$ 386,9800	R\$ 1.452.722,92
6	MANUTEN ÇÃO CORRETIVA SPLIT PISO TETO DE 12.000 A 240.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)			37.115.409/0 001-63 - PODER JUDICIÁRIO Tribunal Superior do Trabalho 24ªRegião/M S, NºPregão:90 0242024 UASG:080026		Órgão: 26252 - UNIVERSIDA DE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE UASG Gerenciador a: 158198 - CENTRO DE CIENCIAS JURIDICAS E SOCIAIS, Licitação 9001/2025. IRP 003/2024	Macnor Representações e Comércio Ltda Epp CNPJ 00376638/001- 21				

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

EDITAL Nº 10606 | PROCESSO ADM. Nº P372105/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90115/2026 | UASG: 927744

			3.072		R\$ 396,4200		R\$ 333,2000	R\$ 390,0000			R\$ 390,0000	R\$ 1.198.080,00
7	MANUTEN ÇÃO PREVENTIV A SPLIT HI- WALL DE 7.000 A 60.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)		BARRA DOS COQUEIROS CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES / 327209710001 00-1- 000011/2024	37.115.409/0 001-63 - PODER JUDICIÁRIO Tribunal Superior do Trabalho 24ªRegião/M S , NºPregão:90 0242024 UASG:080026			Macnor Representações e Comércio Ltda Epp CNPJ 00376638/001- 21	Frigelar Comércio e Indústria Ltda é 92.660.406/0 001-19			
			38.280	R\$ 197,6900	R\$ 343,9600			R\$ 260,0000	R\$ 314,1000		R\$ 287,0500	R\$ 10.988.274,00
8	MANUTEN ÇÃO CORRETIVA SPLIT HI- WALL DE 7.000 A 60.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)		37.115.409/00 01-63 - PODER JUDICIÁRIO Tribunal Superior do Trabalho 24ªRegião/MS , NºPregão:9002 42024 UASG:080026		Pregão: 26280 - FUNDACAO UNIVERSIDA DE FEDERAL DE SAO CARLOS UASG Gerenciador a: 154049 - FUNDACAO UNIVERSIDA DE FEDERAL	Macnor Representações e Comércio Ltda Epp CNPJ 00376638/001- 21					

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕESRua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10606 | PROCESSO ADM. Nº P372105/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90115/2026 | UASG: 927744

							DE SAO CARLOS Nº da Licitação 90016/2024					
			34.014	R\$ 396,4200			R\$ 280,0000	R\$ 290,0000			R\$ 290,0000	R\$ 9.864.060,00
9	MANUTEN ÇÃO PREVENTIV A DE UTA - UNIDADE DE TRATAME NTO DE AR.	SERVIÇO (SERV)		26.989.715/00 21-56 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO MINISTÉRIO PÚBLICOFEDER AL Procuradoria da Republica em Pernambuco, Dispensa deLicitação Nº90001/2025 UASG: 200090	20.067.146/0 001-61 - SERVIÇO AUTONOMO DE SANEAMENT O BÁSICO, NºPregão:90 0392024 UASG:928790			Macnor Representações e Comércio Ltda Epp CNPJ 00376638/001- 21				
			451	R\$ 871,2000	R\$ 1.000,0000			R\$ 780,0000			R\$ 871,2000	R\$ 392.911,20

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10606 | PROCESSO ADM. Nº P372105/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90115/2026 | UASG: 927744

10	MANUTEN ÇÃO CORRETIVA DE UTA - UNIDADE DE TRATAME NTO DE AR.	SERVIÇO (SERV)		20.067.146/00 01-61 - SERVIÇO AUTONOMO DE SANEAMENTO BÁSICO				Macnor Representações e Comércio Ltda Epp CNPJ 00376638/001- 21	ATA 099/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2024 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2024 REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2024			
			501	R\$ 1.299,9900				R\$ 990,0000	R\$ 850,0000		R\$ 990,0000	R\$ 495.990,00
11	MANUTEN ÇÃO PREVENTIV A MULTISPLI T - SISTEMA VRF.	SERVIÇO (SERV)		33.512.122/00 01-16 CAMARA MUNICIPAL DE SUMARE EDERSON LEANDRO DO NASCIMENTO 22313139875	10.572.048/0 001-28 - SECRETARIA DE SAUDE, 10572048000 390-1- 000019/2024	Ministério da Defesa CNPJ 00394452 0284/58						
			2.629	R\$ 1.375,0000	R\$ 919,0000	R\$ 1.025,6600					R\$ 1.025,6600	R\$ 2.696.460,14
12	MANUTEN ÇÃO CORRETIVA MULTISPLI T - SISTEMA VRF.	SERVIÇO (SERV)		10.572.048/00 01-28 - SECRETARIA DE SAUDE,105720 48000390-1- 000019/2024	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUIUTI Dispensa deLicitação Nº90356/202 4			Macnor Representações e Comércio Ltda Epp CNPJ 00376638/001- 21				

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10606 | PROCESSO ADM. Nº P372105/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90115/2026 | UASG: 927744

					UASG: 982955							
			2.628	R\$ 989,0000	R\$ 977,4000			R\$ 990,0000			R\$ 989,0000	R\$ 2.599.092,00
13	SERVIÇO INSTALAÇÃO O APARELHO CONDICIONADO (JANELEIRO, SPLIT CASSETTE, SPLIT HI- WALL, SPLIT PISO TETO, ENTRE OUTROS MODELOS) COM RECARGA DE GÁS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS.	SERVIÇO (SERV)		MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS/ SP, Identificação 122240 Data da Licitação 10/03/2025				Macnor Representações e Comércio Ltda Epp CNPJ 00376638/001- 21	Painel de Preços R\$ 2100	Frigelar Comércio e Indústria Ltda é 92.660 .406/00 01-19		

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10606 | PROCESSO ADM. Nº P372105/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90115/2026 | UASG: 927744

			10.960	R\$ 1.986,2700				R\$ 2.100,0000	R\$ 1.799,0000	R\$ 1.124,0000	R\$ 1.892,6350	R\$ 20.743.279,60
14	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO (JANELEIRO, SPLIT CASSETTE, SPLIT HI-WALL, SPLIT PISO TETO ENTRE OUTROS MODELOS) COM FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS.	SERVIÇO (SERV)		MINAS GERAIS SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO / 1261041 - SEE/VARGINHA , 187155990001 05-1-000108/2025, Data da Licitação 25/03/2025			Macnor Representações e Comércio Ltda Epp CNPJ 00376638/001-21	Painel de Preços 830,00				

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10606 | PROCESSO ADM. Nº P372105/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90115/2026 | UASG: 927744

			10.918	R\$ 1.018,0500				R\$ 800,0000	R\$ 999,9900		R\$ 999,9900	R\$ 10.917.890,82
												R\$ 63.262.266,82

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1 O valor total estimado para a contratação é de R\$ 63.262 266,82 (sessenta e três milhões, duzentos e sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e seis reais e oitenta e dois centavos), obtido pela soma dos valores totais de cada item, através da multiplicação da mediana pela quantidade de unidades.

7.2 A escolha da mediana como método estatístico se justifica por ser uma medida mais robusta que a média, menos sensível a valores extremos, proporcionando uma estimativa mais realista dos preços praticados no mercado.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

8.1. De acordo com o § 2º do art. 40 da Lei nº 14.133/21 o parcelamento deverá ser adotado para se aproveitar as peculiaridades do mercado local buscando economicidade sem a perda de qualidade e ampliar a competição evitando a concentração de mercado, sem perda da economia de escala.

8.2. Todavia, tendo em vista o serviço em questão, opta-se pelo não parcelamento do objeto da licitação, visto que se trata de um serviço integrado, o que torna o fracionamento em itens ou lotes uma tarefa de difícil fiscalização e execução. No presente caso, a manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionado constitui um serviço integrado, que envolve ações coordenadas e complementares para garantir a eficiência, segurança e continuidade do funcionamento dos equipamentos. O fracionamento em lotes ou itens dificultaria a fiscalização, a gestão e a execução do serviço, podendo comprometer a qualidade do atendimento às demandas dos órgãos da prefeitura, além de potencializar riscos de inconsistências na manutenção, aumento de custos e dificuldades na fiscalização do cumprimento do contrato. Em termos práticos, a fragmentação pode atrasar a obtenção de peças, gerar disparidades entre as entregas de serviços e de materiais, e comprometer a consistência das intervenções, aumentando o risco de falhas por falta de padronização, de registros de manutenção incompletos e de sinergia entre etapas da prevenção e da correção.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. São contratações correlatas ou interdependentes diretamente ligadas a este serviço de manutenção de ar-condicionado no âmbito da Prefeitura Municipal de Fortaleza os Pregões anteriores, quais sejam o PE 166 2023 e o PE 380 2002

10. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

10.1. Consoante os Documentos de Formalização de Interesse de Participação do presente Registro de Preço, os órgãos e entidades participantes declararam que as demandas preenchidas no Plano de Suprimento 3999/2024 estão previstas no Plano de Contratação Anual de 2025.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Os resultados esperados com esta contratação incluem a garantia de manutenção regular e eficiente dos sistemas de ar-condicionado dos órgãos municipais.

11.2. Logo, com a adoção do registro de preços, visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionado, o Município de Fortaleza pretende promover a longevidade dos equipamentos e a conformidade com a

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES



legislação vigente. Isso resultará em maior eficiência energética e redução dos custos de operação, além de melhores condições de saúde e segurança para os servidores e o público atendido.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

Antes da celebração do contrato, será necessário garantir **Análise de propostas**: Avaliação detalhada das propostas apresentadas, assegurando que atendam aos requisitos técnicos, legais e de sustentabilidade estabelecidos no edital. **Elaboração do contrato**: Redação do instrumento contratual, contemplando todas as cláusulas necessárias para garantir o cumprimento das obrigações, prazos, condições de pagamento, penalidades e demais requisitos legais. Os ambientes que receberão os serviços devem estar prontos para a execução, com adequação das instalações elétricas e disponibilização de espaço adequado para os técnicos realizarem as manutenções. Além disso, orienta-se capacitar a equipe de fiscalização da prefeitura para monitorar o cumprimento dos prazos e a qualidade dos serviços prestados.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Os principais impactos ambientais desta contratação estão relacionados ao descarte de fluidos refrigerantes e resíduos gerados durante as manutenções. A empresa contratada deverá seguir todas as normas ambientais vigentes, com foco no descarte correto dos fluidos e componentes, além de optar por tecnologias e práticas que reduzam o consumo de energia e utilizem fluidos refrigerantes ecológicos sempre que possível. Abaixo alguns impactos a serem observados:

Emissões de gases refrigerantes: Muitos sistemas de ar-condicionado utilizam gases refrigerantes, como os hidrofluorcarbonetos (HFCs), que têm potencial de aquecimento global. A manutenção adequada ajuda a evitar vazamentos, reduzindo a liberação desses gases na atmosfera, conforme as normas do Ministério do Meio Ambiente e legislações específicas. **Vazamentos e descarte de resíduos**: Durante a manutenção, é fundamental evitar vazamentos de óleo e refrigerantes, além de garantir o descarte correto de resíduos, como filtros, óleo usado e componentes contaminados, seguindo as normas da ABNT e legislações ambientais. **Consumo de energia**: Ar-condicionado mal conservados podem consumir mais energia, aumentando a pegada de carbono. A manutenção preventiva ajuda a manter a eficiência energética, contribuindo para a redução do impacto ambiental. **Uso de produtos químicos**: A utilização de produtos de limpeza e manutenção deve seguir as recomendações de segurança e ambientais, evitando a liberação de substâncias tóxicas no meio ambiente, conforme as normas da ANVISA e legislações ambientais. **Gestão de resíduos**: A correta coleta, armazenamento e destinação final de resíduos gerados durante a manutenção, como filtros e componentes contaminados, é essencial para minimizar impactos ambientais, de acordo com as normas de resíduos sólidos e legislações específicas. Resumindo, a manutenção adequada, seguindo as normas vigentes, é fundamental para minimizar impactos ambientais, promovendo a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental na gestão de sistemas de ar-condicionado.

Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) a serem observadas: **NBR 16401**: Especifica os requisitos para instalação, manutenção e inspeção de sistemas de ar-condicionado. **NBR 14718**: Trata do manejo de gases refrigerantes, incluindo procedimentos para evitar vazamentos e garantir a segurança na manipulação. **NBR 15845**: Normas para limpeza e manutenção de sistemas de ar-condicionado, incluindo cuidados com resíduos e produtos utilizados.

Legislação ambiental e de segurança:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Resolução CONAMA nº 382/2006: Dispõe sobre o controle da emissão de gases de efeito estufa por sistemas de refrigeração e ar-condicionado, incluindo o manejo de gases refrigerantes.

Lei nº 14.195/2021 (Lei do Gás Refrigerante): Regulamenta o uso, manejo, transporte e descarte de gases refrigerantes, reforçando a necessidade de profissionais capacitados.

Normas da ANVISA: Para produtos químicos utilizados na limpeza e manutenção, garantindo a segurança e o respeito ao meio ambiente.

Normas de segurança do trabalho:

NR 10: Segurança em instalações e serviços em eletricidade, essencial para quem realiza manutenção elétrica em sistemas de ar-condicionado.

NR 11: Transporte, movimentação, armazenamento e manuseio de materiais, incluindo componentes de sistemas de refrigeração.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA:

14.1 A contratação por meio de registro de preços de uma empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionado se mostra adequada e necessária para atender às exigências legais e garantir a eficiência operacional dos órgãos da Prefeitura de Fortaleza. A solução proposta oferece economicidade, segurança e otimiza os recursos humanos e materiais disponíveis, assegurando que as atividades administrativas e de atendimento ao público sejam realizadas em ambientes climatizados adequadamente. Diante do exposto, declara-se que a contratação em questão é plenamente viável.

A contratação assegura a adequada alocação de recursos, eficiência, transparência e responsabilidade na gestão pública, princípios estes que estão alinhados com as diretrizes estabelecidas na LOA e no PPA. Dessa forma, a contratação deve contemplar a compatibilidade com as metas e prioridades de longo prazo do planejamento governamental, garantindo que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente e eficaz, promovendo o melhor resultado possível para a sociedade. Além disso, é fundamental que o processo seja conduzido de forma transparente e ética, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, assegurando que a contratação atenda às necessidades públicas de forma responsável e sustentável.



APÊNDICE II – ANÁLISE DE RISCOS

ANÁLISE DE RISCO	
Processo:	P372105/2024
Data:	Maior/2025

Introdução:

Preliminarmente, é importante destacar que a Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) ainda não instituiu a Política de Gestão de Riscos Setorial prevista no art. 7º da Instrução Normativa nº 04/2024/CGM, que tem como objetivo apoiar na melhoria contínua das atividades administrativas, contratações, projetos, a alocação e utilização eficaz dos recursos públicos, estabelecendo um direcionamento estratégico na temática, devendo conter no mínimo, consoante art. 8º do referido normativo, as seguintes temáticas: I - diretrizes; II - objetivos; III - competências; IV - abrangência; V- operacionalização.

Desta forma, a fim de subsidiar o procedimento de gestão de riscos desenvolvido por esta área técnica, foram utilizadas as definições do Manual de Teoria e Metodologia de Gestão de Riscos elaborado pela CGM, do Manual de Gestão de Riscos do TCU, 2020, bem como as recomendações das melhores práticas internacionais que tratam da gestão de riscos corporativos, a exemplo do COSO/ERM e a ABNT NBR ISSO 31000:2009.

Nessa perspectiva, a probabilidade de ocorrência do evento e de impacto e o apetite a risco foram definidos no contexto dos processos de aquisição corporativa, levando em consideração a experiência das pessoas envolvidas na fase preparatória, bem como a análise dos processos dos anos anteriores.

Sobre a delimitação do escopo, não obstante o macroprocesso de uma contratação pública abranger a fase preparatória, a seleção de fornecedores e a de execução contratual, a análise de risco deste processo identificará os riscos inerentes à fase preparatória, levando em consideração que a solução definida no estudo técnico preliminar foi o **registro de preços dos serviços de instalação, desinstalação e manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado, com eventuais substituições de peças/acessórios** de acordo com a demanda do Município. Assim, a execução contratual será realizada pelos órgãos e entidades participantes, não sendo possível avaliar e tratar os riscos decorrentes da fase de execução contratual por esta área técnica.No procedimento de avaliação dos riscos, foi utilizada a escala de valores de probabilidade e impacto, conforme Manual de Teoria e Metodologia de Gestão de Riscos elaborado pela CGM. Vejamos:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

Figura 21: Escala de probabilidade de ocorrência do risco.

Probabilidade	Descrição	Peso
Muito baixa	Improvável de ocorrer. Talvez em uma situação excepcional, mas nada nas circunstâncias atuais de análise indica essa possibilidade.	1
Baixa	Pode ser que raramente ocorra de forma inesperada ou casual pois as circunstâncias pouco indicam essa possibilidade.	2
Média	É possível que ocorra de alguma forma pois as circunstâncias indicam moderadamente essa possibilidade.	3
Alta	É provável que ocorra pois as circunstâncias indicam fortemente essa possibilidade.	4
Muito alta	É praticamente certo que o evento ocorra segundo as circunstâncias atuais de análise	5

Fonte: Elaboração própria.

Figura 22: Escala de impacto da ocorrência do risco.

Impacto	Descrição	Peso
Muito baixo	Caso o risco ocorra, haverá um impacto mínimo nos objetivos da atividade.	1
Baixo	Caso o risco ocorra, haverá um pequeno impacto nos objetivos da atividade.	2
Médio	Caso o risco ocorra, haverá um moderado impacto nos objetivos da atividade, porém é recuperável.	3
Alto	Caso o risco ocorra, haverá um significativo impacto nos objetivos da atividade, será de difícil reversão.	4
Muito alto	Caso o risco ocorra, haverá um impacto catastrófico nos objetivos da atividade, não será possível reverter o impacto gerado.	5

Fonte: Elaboração própria.

Após a fase de avaliação dos riscos, esses riscos foram classificados conforme a definição do apetite e da tolerância ao risco definidos no Anexo IV. O apetite ao risco definido vincula como realizável o tratamento dos riscos considerados “extremos” e “altos”, seguindo a metodologia da CGM.

Desta forma, no tratamento dos riscos, foram analisados os riscos críticos e alguns riscos moderados. A atividade de controle do risco tem como objetivo garantir que o que foi determinado para diminuir os riscos de atingimento dos objetivos seja cumprido e obedecido. Uma forma de avaliar se os controles estão atuando da forma adequada na diminuição de riscos é analisar a eficácia de cada controle e determinar seu nível de confiança (NC). O nível de confiança de um controle é baseado em uma escala de avaliação da efetividade e da implementação de cada controle, conforme o Manual de Teoria e Metodologia de Gestão de Riscos elaborado pela CGM:

Figura 24: Escala de risco de controle.

EXEMPLO DE ESCALA PARA AVALIAÇÃO DE CONTROLES		
Nível de confiança (NC)	Risco de Controle (RC)	Avaliação da efetividade e da implementação de controle
Inexistente NC = 0% (0,0)	Muito Alto 1,0	Controles inexistentes, mal desenhados ou mal implementados, isto é, não funcionais.
Fraco NC = 20% (0,2)	Alto 0,8	Controles têm abordagens ad hoc, tendem a ser aplicados caso a caso, a responsabilidade é individual, havendo elevado grau de confiança no conhecimento das pessoas.
Mediano NC = 40% (0,4)	Médio 0,6	Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas.
Satisfatório NC = 60% (0,6)	Baixo 0,4	Controles implementados e sustentados por ferramentas adequadas e, embora passíveis de aperfeiçoamento, mitigam o risco satisfatoriamente.
Forte NC = 80% (0,8)	Muito Baixo 0,2	Controles implementados podem ser considerados a “melhor prática”, mitigando todos os aspectos relevantes do risco.

Fonte: Elaboração própria.

Para cada evento, foi definido como será a resposta ao risco. As respostas foram primeiramente categorizadas, incluindo as ações como evitar, reduzir, compartilhar ou aceitar os riscos, e essas ações foram detalhadas no plano de resposta a risco (ANEXO VIII).

Ao considerar a resposta, foi avaliado o efeito sobre a probabilidade de ocorrência e o impacto do risco, tendo ao final um risco residual, que também foi avaliado para que esteja dentro das tolerâncias a risco desejadas. Conforme o Manual de Teoria e Metodologia de Gestão de Riscos elaborado pela CGM, as categorias de respostas a riscos podem ser definidas da seguinte forma:

- Evitar – Descontinuação das atividades que geram os riscos.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br




- Reduzir – São adotadas medidas para reduzir a probabilidade ou o impacto dos riscos ou, até mesmo, ambos.
- Compartilhar – Redução da probabilidade ou do impacto dos riscos pela transferência ou pelo compartilhamento de uma porção do risco. As técnicas comuns compreendem a aquisição de seguro ou a terceirização de uma atividade.
- Aceitar – Nenhuma medida é adotada para afetar a probabilidade ou o grau de impacto dos riscos.

Durante a aplicação do processo de gestão de risco, foi realizada comunicação informativa e consultiva entre todos os envolvidos, considerando que a comunicação é responsável por todo o alinhamento do processo de gestão de risco, desde a definição do escopo até a definição de tratamento do risco (Anexo IX).

Por fim, submetemos a referida análise de risco, apresentada nos anexos de I a IX, para avaliação e aprovação da autoridade competente.

ANEXOS


	ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2024/CGM, 18 DE MARÇO DE 2024.	
	Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF	
DEFINIÇÃO DE INFORMAÇÕES GERAIS DA ATIVIDADE A SER TRABALHADA		
Órgão:	Secretaria Municipal do Planejamento Orçamento e Gestão - SEPOG	
Área funcional:	Coordenadoria de Gestão de Aquisição Corporativa - COGEC	
Atividade a se trabalhar gestão de risco:	Contratação de Serviços de Instalação, Desinstalação e Manutenção Preventiva e Corretiva de Ar-Condicionado	
Responsável pela atividade:	João Lucas Bezerra Coutinho -Gerente da Célula de Gestão de Aquisições Corporativas e de Registro de Preços;	
Responsável pelo gerenciamento do risco:	Leonardo Pereira da Silva - Coordenador de Gestão de Aquisições Corporativas	
Aprovador do gerenciamento do risco:	Carolina Price Evangelista Monteiro -Secretária Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão	
Vinculações	Vinculada a ETP ?	(x) Sim () Não
	Vinculada a Política de Gestão de Risco do órgão ?	() Sim (x) Não
	Vinculada a Contratação por dispensa ou inexigibilidade ?	() Sim (x) Não
	Vinculado a Contrato ?	() Sim (x) Não
	Em caso de afirmação de alguma das opções acima, informar a que se vincula: ETP CEARP/COGEC 08/2025	
Consultados (especialistas envolvidos na atividade):		
Informados:	Órgãos e entidades participantes	
Data de início da análise:	27/04/2025	
Data prevista de revisão do plano de resposta a risco:	16/05/2025	
Observações Complementares:	-	

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



 Fortaleza PREFEITURA	ANEXO II DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2024/CGM, 18 DE MARÇO DE 2024.
	Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF
DEFINIÇÃO DA GOVERNANÇA	
Atividade a se trabalhar gestão de risco:	Contratação de Serviços de Instalação, Desinstalação e Manutenção Preventiva e Corretiva de Ar- Condicionado
Objetivos da Atividade	Garantir a disponibilidade de fornecedor habilitado para fornecimento do objeto a ser contratado
Instância Interna de Governança	Carolina Price Evangelista Monteiro– Secretária Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão
1ª Linha	Leonardo Pereira da Silva - Coordenador de Gestão de Aquisições Corporativas e João Lucas Bezerra Coutinho– Gerente da Célula de Gestão de Aquisições Corporativas e de Registro de Preços
2ª Linha	Italo Davi Barros Claudio - Assessor de Controle Interno

 Fortaleza PREFEITURA	ANEXO III DAINSTRUÇÃO NORMATIVANº 04/2024/CGM, 18 DE MARÇO DE 2024.	
	Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF	
Análise do Ambiente (Matriz SWOT)		
AMBIENTE INTERNO	FORTALEZAS	Procedimentos padronizados de contratação
	FRAQUEZAS	Grande quantidade de equipamentos distribuídos em diversos órgãos
AMBIENTE EXTERNO	OPORTUNIDADES	Mercado com diversos fornecedores qualificados
	AMEAÇAS	Flutuação dos preços de peças e componentes



SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



	ANEXO IV DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2024/CGM, 18 DE MARÇO DE 2024
	Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF
Definição Critérios de Riscos	
Matriz de Nível de Risco	

Nível de tolerância ao risco																															
<table><tr><th>Nível</th><th colspan="4">Valor limite (conforme Matriz de nível de risco)</th><th>Símbolo</th></tr><tr><td>Extremo</td><td>Maior ou igual a</td><td>12</td><td colspan="2"></td><td></td></tr><tr><td>Alto</td><td>Maior ou igual a</td><td>6</td><td>Menor ou igual a</td><td>12</td><td></td></tr><tr><td>Médio</td><td>Maior ou igual a</td><td>2</td><td>Menor ou igual a</td><td>6</td><td></td></tr><tr><td>Baixo</td><td></td><td></td><td></td><td>2</td><td></td></tr></table> <div>Limite de tolerância ao Risco</div>		Nível	Valor limite (conforme Matriz de nível de risco)				Símbolo	Extremo	Maior ou igual a	12				Alto	Maior ou igual a	6	Menor ou igual a	12		Médio	Maior ou igual a	2	Menor ou igual a	6		Baixo				2	
Nível	Valor limite (conforme Matriz de nível de risco)				Símbolo																										
Extremo	Maior ou igual a	12																													
Alto	Maior ou igual a	6	Menor ou igual a	12																											
Médio	Maior ou igual a	2	Menor ou igual a	6																											
Baixo				2																											

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ANEXO V DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2024/CGM, 18 DE MARÇO DE 2024.

Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF

COD	Identificação dos Riscos
R1	Demora na elaboração e na análise dos artefatos referentes à fase preparatória necessários para a instrução do processo licitatório.
R2	Falta de clareza ou imprecisão na descrição dos itens a serem adquiridos.
R3	Exigência de requisitos não alinhados à real necessidade e/ou fora dos padrões requeridos para atender as especificidades do objeto.
R4	Processo licitatório deserto ou fracassado.
R5	Recusa da vencedora em assinar a ata de registro de preço.
R6	Descumprimento das exigências constantes na Ata de Registro de Preços.



ANEXO VI DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2024/CGM, 18 DE MARÇO DE 2024.

Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF


Avaliação do Risco						
COD	Risco	Causa	Consequência	Probabilidade (NP)	Impacto (NI)	Nível de Risco Inerente (NRI)
R1	Demora na elaboração e na análise dos artefatos referentes à fase preparatória necessários para a instrução do processo licitatório.	Alto volume de processos; ausências e/ou afastamentos de servidores envolvidos no processo; descumprimento do prazo para preenchimento do PLS pelos órgãos e entidades participantes.	Atraso nas contratações e consequente desabastecimento do objeto licitado nos órgãos.	2	3	6
R2	Falta de clareza ou imprecisão na descrição dos itens a serem adquiridos.	Falta de técnico especializado para descrição do item.	Aquisição de produtos desatualizados.	1	1	1
R3	Exigência de requisitos não alinhados à real necessidade e/ou fora dos padrões requeridos para atender as especificidades do objeto.	Ausência de profissional com expertise nos requisitos técnico da contratação.	Aquisição de produtos inadequados.	3	2	6
R4	Processo licitatório deserto ou fracassado.	Estimativa de preço inexequível; exigência de requisitos não alinhados ao objeto e/ou imprecisão na descrição dos itens.	Desabastecimento do objeto licitado nos órgãos.	3	3	9
R5	Recusa da vencedora em assinar a ata de registro de preço.	Morosidade na oficialização da ata de registro de preços.	Desabastecimento do objeto licitado nos órgãos.	3	3	9
R6	Descumprimento das exigências constantes na Ata de Registro de Preços.	Incapacidade de executar o objeto.	Desabastecimento do objeto licitado nos órgãos.	3	3	9


SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10606 | PROCESSO ADM. Nº P372105/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90115/2026 | UASG: 927744

		ANEXO VII-A DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2024/CGM, 18 DE MARÇO DE 2024.				
		ATIVIDADE DE CONTROLE DO RISCO			AVALIAÇÃO DE RISCO RESIDUAL	
Código	Evento de Risco	Implementação dos Controles	(LCR)	(NC)	(RC = 1 - NC)	(RR = NRI * RC)
R1	Demora na elaboração e na análise dos artefatos referentes à fase preparatória necessários para a instrução do processo licitatório.	Aumentar os colaboradores responsáveis pela atividade; exigência do prazo legal por parte dos participantes	1ª	0,4	0,6	3,6
R2	Falta de clareza ou imprecisão na descrição dos itens a serem adquiridos.	Estabelecer especificações técnicas detalhadas e precisas.	1ª	0,6	0,4	0,4
R3	Exigência de requisitos não alinhados à real necessidade e/ou fora dos padrões requeridos para atender as especificidades do objeto.	Revisão dos requisitos legais e técnicos do objeto.	2ª	0,6	0,4	2,4
R4	Processo licitatório deserto ou fracassado.	Manter pesquisa de preços atualizada; estabelecer especificações técnicas detalhadas e precisas; incluir requisitos de qualidade, performance e legais específicos do objeto.	1ª	0,6	0,4	3,6
R5	Recusa da vencedora em assinar a ata de registro de preço.	Aplicar penalidade.	1ª	0,4	0,6	5,4
R6	Descumprimento das exigências constantes na Ata de Registro de Preços.	Negociar com o fornecedor	1ª	0,6	0,4	3,6


		ANEXO VII-B DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2024/CGM, 18 DE MARÇO DE 2024				
		DEFINIÇÃO DE TRATAMENTO DE RISCO				
Código	Evento de Risco	Tratamento	Ação	Responsável	Data fim Implementação	Observações
R1	Demora na elaboração e na análise dos artefatos referentes à fase preparatória necessários para a instrução do processo licitatório.	Reduzir	Contratar pessoas com expertise na atividade.	Carolina Price Evangelista Monteiro – Secretária Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão	23/05/2025	-
R2	Falta de clareza ou imprecisão na descrição dos itens a serem adquiridos.	Aceitar	Disponibilizar responsável pela descrição dos itens.	Leonardo Pereira da Silva - Coordenador de Gestão de Aquisições Corporativas e João Lucas Bezerra Coutinho – Gerente da Célula de Gestão de Aquisições Corporativas e de Registro de Preços	23/05/2025	-
R3	Exigência de requisitos não alinhados à real necessidade e/ou fora dos padrões requeridos para atender as especificidades do objeto.	Reduzir	Submeter o ETP e o TR para análise interna	Leonardo Pereira da Silva - Coordenador de Gestão de Aquisições Corporativas e João Lucas Bezerra Coutinho – Gerente da Célula de Gestão de Aquisições Corporativas e de Registro de Preços	23/05/2025	-
R4	Processo licitatório deserto ou fracassado.	Reduzir	Elaborar edital claro e atraente	Leonardo Pereira da Silva - Coordenador de Gestão de Aquisições Corporativas e João Lucas Bezerra Coutinho – Gerente da Célula de Gestão de Aquisições Corporativas e de Registro de Preços	23/05/2025	-
R5	Recusa da vencedora em assinar a ata de registro de preço.	Mitigar	Promover celeridade ao fluxo processual.	Leonardo Pereira da Silva - Coordenador de Gestão de Aquisições Corporativas e João Lucas Bezerra Coutinho – Gerente da Célula de Gestão de Aquisições Corporativas e de Registro de Preços	23/05/2025	-
R6	Descumprimento das exigências constantes na Ata de Registro de Preços.	Reduzir	Chamar o próximo classificado	Leonardo Pereira da Silva - Coordenador de Gestão de Aquisições Corporativas e João Lucas Bezerra Coutinho – Gerente da Célula de Gestão de Aquisições Corporativas e de Registro de Preços	23/05/2025	-

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES


Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10606 | PROCESSO ADM. Nº P372105/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90115/2026 | UASG: 927744

<div></div> <div>ANEXO VIII DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2024/CGM, 18 DE MARÇO DE 2024.</div>											
PLANO DE RESPOSTA AOS RISCOS											
COD	Risco	Implementação dos Controles	Linha de Controle Responsável	Status do controle	Observação	Tratamento	Ação	Responsável	Data Fim da Implementação	Status da Ação	Observação
R1	Demora na elaboração e na análise dos artefatos referentes à fase preparatória necessários para a instrução do processo licitatório.	Aumentar os colaboradores responsáveis pela atividade; exigência do prazo legal por parte dos participantes	1ª	0	0	Reduzir	Contratar pessoas com expertise na atividade.	Carolina Price Evangelista Monteiro – Secretária Municipal do Planejamento Orçamento e Gestão	23/05/2025	Não iniciado	
R2	Falta de clareza ou imprecisão na descrição dos itens a serem adquiridos.	Estabelecer especificações técnicas detalhadas e precisas.	1ª	0	0	Aceitar	Disponibilizar responsável pela descrição dos itens.	Leonardo Pereira da Silva – Coordenador de Gestão de Aquisições Corporativas e João Lucas Bezerra Coutinho – Gerente da Célula de Gestão de Aquisições Corporativas e de Registro de Preços	23/05/2025	Não iniciado	
R3	Exigência de requisitos não alinhados à real necessidade e/ou fora dos padrões requeridos para atender as especificidades do objeto.	Revisão dos requisitos legais e técnicos do	2ª	0	0	Reduzir	Submeter o ETP e o TR para análise interna.	Leonardo Pereira da Silva – Coordenador de Gestão de Aquisições Corporativas e João Lucas Bezerra Coutinho – Gerente da Célula de Gestão de Aquisições	23/05/2025	Não iniciado	

		objeto.						Corporativas e de Registro de Preços			
R4	Processo licitatório deserto ou fracassado.	Manter pesquisa de preços atualizada; estabelecer especificações técnicas detalhadas e precisas; incluir requisitos de qualidade, performance e legais específicos do objeto.	1ª	0	0	Reduzir	Elaborar edital claro e atraente.	Leonardo Pereira da Silva – Coordenador de Gestão de Aquisições Corporativas e João Lucas Bezerra Coutinho – Gerente da Célula de Gestão de Aquisições Corporativas e de Registro de Preços	23/05/2025	Iniciado	
R5	Recusa da vencedora em assinar a ata de registro de preço.	Aplicar penalidade.	1ª	0	0	Mitigar	Promover celeridade ao fluxo processual.	Leonardo Pereira da Silva – Coordenador de Gestão de Aquisições Corporativas e João Lucas Bezerra Coutinho – Gerente da Célula de Gestão de Aquisições Corporativas e de Registro de Preços	23/05/2025	Iniciado	
R6	Descumprimento das exigências constantes na Ata de Registro de Preços.	Negociar com o fornecedor	1ª	0	0	Reduzir	Chamar o próximo classificado	Leonardo Pereira da Silva – Coordenador de Gestão de Aquisições Corporativas e João Lucas Bezerra Coutinho – Gerente da Célula de Gestão de Aquisições Corporativas e de Registro de Preços	Data de descumprimento pela fornecedora	Não iniciado	

<div></div> <div>ANEXO IX DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2024/CGM, 18 DE MARÇO DE 2024</div>		
COMUNICAÇÃO E MONITORAMENTO		
DATA	ASSUNTO	MEIO DE COMUNICAÇÃO
27/04/2025	Tratamento dos Riscos Identificados	Reunião Interna – João Lucas Bezerra Coutinho e Roseane Pereira Rodrigues
07/05/2025	Análise dos Riscos	Reunião Interna - João Lucas Bezerra Coutinho e Leonardo Pereira

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À

Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR

Att. Sr.(a) Pregoeiro(a).

Ref.: Pregão Eletrônico nº _____

1. A Empresa _____ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc.), nº _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada por _____ (nome e dados do representante legal), abaixo assinado, propõe a entrega dos objetos a seguir especificado, conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

Identificação da licitante:

a. Razão Social:

b. CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:

c. Endereço completo:

d. Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):

e. Telefone, celular, e-mail:

f. Banco Santander S/A , agência e nº da conta corrente:

2. Condições Gerais da Proposta:

a. A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão. **(não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.)**

3. Formação do Preço:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	VALOR GLOBAL					
	VALOR POR EXTENSO (_____)					

1. Declaramos que o objeto cotado atende todas as exigências do Edital, relativas à especificação e características, inclusive técnicas e que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

2. Nos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, lucro, encargos trabalhistas e despesas com seguros, frete, mão-de-obra e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Pregão e excluídos da composição dos preços ofertados o imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).

3. O prazo de entrega do objeto será de (observar o limite máximo do Termo de Referência).

4. O local de entrega do objeto será o indicado no Termo de Referência.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



5. Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos assinar a Ata de Registro de Preços, a assinar os contratos e a receber as ordens de fornecimento, nota de empenho no prazo previsto no ato de convocação, indicando para esse fim o (a) Sr (a) _____, identidade nº _____, CPF nº _____, _____ (cargo), como responsável legal desta empresa.

6. Declaramos que estamos ciente que a validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contados da data de sua publicação, podendo ser prorrogável, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Local e data

Assinatura do representante legal
(Nome e cargo)



ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº ____/202__

Pregão Eletrônico nº:

Processo Administrativo nº: **P372105/2024**

Na sede da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Eletrônico nº _____ do respectivo resultado adjudicado, homologado e publicado no Diário Oficial do Município em ____/____/20____, às fls ____, do Processo nº. **P372105/2024**, que vai assinada pela titular da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, gestor(a) do Registro de Preços e pelos representantes legais dos detentores do registro de preços, todos qualificados e relacionados ao final, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

1. DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento fundamenta-se:

I - No Pregão Eletrônico nº _____.

II - Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com suas alterações posteriores, nos Decretos Municipais nº 15.608, de 31 de março de 2023, nº 15.604, de 28 de março de 2023, nº 15.595, de 22 de março de 2023, nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016 e nº 15.524, de 09 de janeiro de 2023, Lei Municipal nº 10.350, de 28 de maio de 2015, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) e Portaria Municipal nº 0186/2024-SEPOG, de 14 de março de 2024.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente Ata o **registro de preços visando futuras e eventuais contratações de empresas especializadas para a prestação dos serviços de instalação, desinstalação e manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado, com eventuais substituições de peças/acessórios, a fim de atender as necessidades dos órgãos e entidades do Município de Fortaleza**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no **Anexo I – Termo de Referência do Pregão Eletrônico Nº _____** que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a(s) proposta(s) de preço(s) apresentada(s) pelo(s) fornecedor(es) classificado(s).

2.2. A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de procedimento de licitação, sendo assegurada ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

3. DA ASSINATURA, FORMALIZAÇÃO, VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3.1. Este instrumento será assinado pela titular da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, gestor (a) do Registro de Preços e pelos representantes legais dos detentores do registro de preços, na forma do art. 17 do Decreto Municipal n.º 15.608, de 31 de março de 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



3.2. A publicação da Ata de Registro de Preços será realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP pelo órgão ou entidade gerenciadora do registro de preços.

3.3. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

3.3.1. Considerando o disposto no Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, reconhecendo a possibilidade jurídica de renovação do quantitativo inicialmente registrado em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, fica estabelecido que poderá ser admitida a renovação do quantitativo, caso demonstrada a sua pertinência e necessidade, mediante decisão devidamente motivada pela Administração.

3.3.2. Quando da prorrogação da Ata, fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, ressalvados os remanejamentos.

3.4. Será incluído nesta ata, na forma de **ANEXO B**, o registro do(s) fornecedor(es) que aceitarem cotar bens e serviços com preços iguais ao do(s) licitante(s) vencedor(es) na sequência da classificação do certame e os que mantiverem sua proposta original.

4. DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Caberá à **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG** o gerenciamento deste instrumento, no seu aspecto operacional e nas questões legais, principalmente quanto às atribuições previstas no art. 7º do Decreto Municipal 15.608, de 31 de março de 2023.

4. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

SEQ.	ÓRGÃO/ENTIDADE	ENDEREÇO
01	GABPREF	Rua São José, 01 – Centro – CEP: 60.060-170.
02	COEPA	Av. Pontes Vieira, 2391 – Aldeota – CEP: 60.135-237.
03	IPPLAN	Parque da Liberdade (Cidade da Criança) – Rua Pedro I, S/N – Centro – CEP: 60.035-100.
04	AGEFIS	Rua Francisco José Albuquerque Pereira, 1020 – Cajazeiras – CEP: 60.864-520.
05	CITINOVA	Rua dos Tremembés, 02 – Praia de Iracema. CEP: 60.060-250.
06	ADEMFOR	Rua Pereira Filgueiras, nº 16 – centro – CEP: 60.160-150.
07	GABVICE	Rua dos Pacajús, 20 – Praia de Iracema – CEP: 60.060-520.
08	PGM	Rua Israel Bezerra 570 - 5º andar - Bairro: Dionísio Torres. CEP: 60.135 - 460.
09	SELIFOR	Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar - Dionísio Torres - CEP: 60.135-460
10	ACFOR	Av. Antônio Sales, 1885 – Sobreloja – Dionísio Torres. CEP: 60.135-101.
11	CGM	Rua Israel Bezerra 570 - 3º Pavimento - Bairro: Dionísio Torres. CEP: 60.135 - 460.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



12	SEGOV	Rua São José, 01 – Centro. CEP: 60.060-170.
13	SESEC	Rua Padre Pedro de Alencar, 2230 - Messejana. CEP: 60.873-082.
14	GMF	Rua Padre Pedro de Alencar, 2230 - Messejana. CEP: 60.873-082.
15	SEPOG	Av. Desembargador Moreira, 2875 – Dionísio Torres. CEP: 60.170-002.
16	IMPARH	Av. João Pessoa, 5609 – Damas. CEP: 60.435-682.
17	SCSP	Av. Pontes Vieira, 2391 – Dionísio Torres. CEP: 60135-237.
18	AMC	Av. Desembargador Gonzaga, 1630 – Cidade dos Funcionários. CEP: 60.823-012.
19	ETUFOR	Av. dos Expedicionários, 5677 – Montese. CEP: 60.410-411.
20	FIDAF/SEFIN	Rua General Bezerril, 755 – Centro. CEP: 60.055-100.
21	FME/SME	Av. Desembargador Moreira, 2875 – Dionísio Torres. CEP: 60.170-002.
22	FMS/SMS	Rua Barão do Rio Branco, 910 – Centro. CEP: 60.025-060.
23	HDGM-BC	Av. Dom Aloísio Lorscheider, 1130 – Conjunto Beira Rio – Vila Velha – CEP: 60.347-180.
24	HDEAM	Rua Cândido Maia, 294 – Antônio Bezerra. CEP: 60.356-830.
25	HDMJBO	Av. General Osório de Paiva, 1127 – Parangaba. CEP: 60.720-000.
26	HDGM-JW	Av. C, 504 - 2ª etapa – Conjunto José Walter. CEP: 60.750-000.
27	HDGMM	Av. Washington Soares, 7700 – Messejana. CEP: 60.811-342.
28	HMDZAN	Av. Lineu Machado, 155 – Jôquei Clube. CEP: 60.520-101.
29	SDE	Rua Tibúrcio Cavalcante, 1233 – Aldeota. CEP: 60.125-045.
30	SECEL	Rua Ildefonso Albano, 2050 – Dionísio Torres. CEP: 60.115-000.
31	SETFOR	Rua dos Tabajaras, 397, Praia de Iracema. CEP: 60.060-510
32	SDHDS	Rua Padre Pedro de Alencar, 2230 – Messejana. CEP: 60.873-082.
33	PROCON	Rua Major Facundo, 869-Centro-Fortaleza. Cep: 60.025-100
34	FUNC1	Av. Pontes Vieira, 1091 - Dionísio Torres - CEP: 60.135-237.
35	FMAS / SDHDS	Rua Padre Pedro de Alencar, 2230 – Messejana. CEP: 60.873-082
36	SECULTFOR	Rua Padre Valdevino, 1040 - Joaquim Távora CEP: 60.135.040.
37	SEGER	Rua Professor Juraci Mendes de Oliveira, 01 – Edson Queiroz – CEP: 60.811-450.
38	URBFOR	Rua Jorge Dumar, 1501 – Benfica. CEP: 60.020-055.
39	HABITAFOR	Rua Paula Rodrigues, 304 - Fátima. CEP: 60.411-270.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



5.1. O órgão ou entidade participante da Ata de Registro de Preço deverá observar o art. 8º do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023;

5.2. Fica vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste instrumento.

6. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PELOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

6.1. Durante o prazo de validade desta Ata, os órgãos e entidades participantes poderão contratar (firmar contratos) com os fornecedores com preços registrados de acordo com os quantitativos e especificações previstos, devendo comunicar ao órgão gestor, a recusa do detentor de Registro de Preços em fornecer os bens/serviços no prazo estabelecido pelo mesmo.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados poderá ser realizada por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e art. 33 do Decreto Municipal nº 15.608/2023.

6.3. O fornecedor terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da convocação, para a assinatura do Contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito pela administração.

6.4. Para realização da contratação, os órgãos ou entidades participantes deverão abrir processo numerado e instruído, contendo, obrigatoriamente: solicitação da compra ou contratação; dotação orçamentária; comprovação de vigência da ata de registro de preços; ordem de compra ou de serviço.

6.5. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no Anexo I – Termo de Referência ou aviso de contratação, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. (Art. 35 do Decreto Municipal nº 15.608/2023).

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. (art. 34 do Decreto Municipal nº 15.608/2023).

6.7. Na assinatura do Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas no Edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

6.8. As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes do procedimento licitatório para registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, mediante procedimento administrativo, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

6.9. O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante ou de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante devendo, neste último caso, ser observados os limites previstos no art. 31 do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023.

7. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado dos procedimentos iniciais da licitação para o

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



registro de preços, doravante denominado NÃO PARTICIPANTE, mediante anuência do gerenciador da Ata e desde que justificada a vantagem da adesão e demonstrado que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, conforme condições previstas no art. 86, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, e no Edital nº 10606.

7.2. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

7.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

7.4. As aquisições ou contratações adicionais por adesão não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

7.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

7.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

7.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento, pelo fornecedor, das obrigações contratualmente assumidas e à aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

7.8. O quantitativo reservado para aquisição pelo órgão gerenciador, órgãos participantes e não participantes constam em documento **ANEXO A** parte integrante desta Ata.

7.9. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos no art. 30 do Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

8. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

8.1. Os signatários desta Ata de Registro de Preços assumem as obrigações e responsabilidades constantes no Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

8.2. Caberá ao órgão participante, as atribuições que lhe são conferidas nos termos do art. 8º do Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

8.3. O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade desta Ata, fica obrigado a:

8.3.1 Atender aos pedidos efetuados pelos órgãos ou entidades participantes do Sistema de Registro de Preços, bem como aqueles decorrentes de remanejamento de quantitativos registrados nesta Ata, durante a sua vigência.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



8.3.2. Fornecer os bens ofertados por preço unitário registrado nas quantidades indicadas pelos órgãos ou entidades participantes do Sistema de Registro de Preços e nos prazos a serem definidos no instrumento contratual.

8.3.3. Responder no prazo de até 05 (cinco) dias a consultas do órgão gestor de Registro de Preços sobre a pretensão de órgão/entidade não participante (carona).

8.3.4. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

8.3.5. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

9. DOS PREÇOS REGISTRADOS E SUAS REVISÕES

9.1. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão aqueles ofertados nas propostas de preços da(s) licitante(s) vencedora(s), bem como consta no **ANEXO B** desta Ata de Registro de Preços, listagem com o cadastro de reserva dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preços iguais ao(s) do(s) licitante(s) vencedor(es), na sequência da classificação do certame, conforme permissivo legal do art. 16, inciso II do Decreto 15.608, de 31 de março de 2023 ou a informação expressa de que não houve licitante que aceitasse cotar o objeto com preços iguais à da licitante vencedora.

9.2. As quantidades previstas no Anexo I – Termo de Referência do edital nº 10606 são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração Municipal, através do órgão ou entidade participante, o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.

9.3. Os preços registrados poderão ser revistos a qualquer tempo em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados, obedecendo aos parâmetros constantes nos arts. 24 a 26 do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023.

9.4. O órgão ou entidade gerenciador convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequado ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

9.5. Havendo a liberação do fornecedor, o órgão gerenciador deverá convocar os demais fornecedores classificados, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, e não havendo êxito nas negociações, deverá proceder ao cancelamento do item ou da Ata de Registro de Preços.

9.6. Caso haja redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciador deverá comunicar aos órgãos e entidades que tiverem formalizado contrato ou instrumento equivalentes, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar em negociação com vistas à alteração contratual.

9.7. As alterações dos preços registrados, oriundas de suas revisões, serão divulgadas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e disponibilizadas durante a vigência da ata de registro de preços, as quais serão realizadas pelo órgão gerenciador.

10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O detentor de preços registrados terá o seu registro cancelado quando:

10.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



10.1.2. Não retirar a nota de empenho ou o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.1.3. Não aceitar reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado;

10.1.4. For declarado inidôneo ou impedido para licitar e contratar com a Administração Pública;

10.1.5. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados e justificados;

10.1.6. Por razões de interesse público.

10.2. O cancelamento do registro de preço será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e ampla defesa.

11. DOS PRAZOS DE ENTREGA E DO PAGAMENTO

11.1. As condições gerais de execução do objeto desta Ata, tais como recebimento, prazo de entrega, obrigações da Administração e do fornecedor registrado, pagamento e demais condições da contratação encontram-se definidos no Anexo I - Termo de Referência.

12. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal n. 15.604/2023, o licitante que praticar ato ilícito, especialmente quando:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.2.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.2.9. Fraudar a licitação

12.1.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.2.11. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.2.12. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



12.1.2.13. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.2.14. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.2.15. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013

12.2. O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o devido processo legal, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados pelas infrações administrativas praticadas contra a Administração Pública municipal direta e indireta do Município de Fortaleza.

12.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I - Advertência

II - Multa

III - Impedimento de licitar e contratar

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

12.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

12.4. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - Descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave; ou

II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

12.5. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do subitem 12.4.

Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - De 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- a) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado
- b) Não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

- a) Der causa à inexecução total do contrato;
- b) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§4º Na aplicação da sanção prevista no caput do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§5º Se a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

§6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§9º Decorrido o prazo previsto no §8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



12.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documento fiscal.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a, inciso I do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, ou que cause grave dano à Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - Der causa à inexecução total do contrato;

III - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Parágrafo único. A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o imputado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Fortaleza, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou

V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§1º A sanção de declaração de inidoneidade prevista no caput deste artigo também será aplicada nas infrações administrativas do artigo 15 do Decreto Municipal nº 15.604/2023 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

§2º A sanção prevista no subitem 12.8 impedirá o imputado de licitar ou contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



§3º A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta deverá ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade superior.

12.9. O pagamento das multas não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações porventura cometidas, inclusive pela inobservância do disposto na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), na forma abaixo estipuladas:

12.9.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada ao CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

12.9.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

13. DO FORO

Fica eleito o foro do Município de Fortaleza do Estado do Ceará, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

Signatários:

Órgão Gerenciador	Nome do Titular	Cargo	CPF	RG	Assinatura

Detentor do Reg. de Preços	Nome do Titular	Cargo	CPF	RG	Assinatura

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ANEXO A - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__
QUANTITATIVOS RESERVADOS

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre a Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, os órgãos participantes e os fornecedores, cujos preços estão a seguir registrados, em face da realização do Pregão Eletrônico nº _____.

ITEM	CÓD ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	MARCA REGISTRADA	FORNECEDORES	QUANTIDADE	PREÇO REGISTRADO

FORNECEDOR _____

ANEXO B – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__
DAS LICITANTES QUE ACEITARAM COTAR O MESMO PREÇO DA LICITANTE VENCEDORA.

Conforme previsto no art. 16, inciso II, do Decreto 15.608, de 31 de março de 2023 o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao da licitante vencedora, na sequência da classificação do certame é o seguinte:

ITEM/GRUPO	CLASSIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL/CNPJ	ESPECIFICAÇÃO	MARCA / FABRICANTE	APRES.	QNT.	VALOR UNITÁR. DO ITEM R\$	VALOR TOTAL DO ITEM / GRUPO R\$
VALOR TOTAL R\$								



ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

Contrato nº ____ / 20__
Processo nº _____

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FORTALEZA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA _____ E A (O) CONTRATADA _____

ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O MUNICÍPIO DE FORTALEZA pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do(a) (órgão contratante), ..., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º XXXX, com sede nesta Capital, na XXXX – CEP XXXX, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), portador da Matrícula Funcional nº (ou nomeado pelo ato/portaria n.), doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e o Decreto Municipal nº 15.604/2023, além das demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº _____, mediante as cláusulas e condições a seguir anunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Edital do Pregão Eletrônico nº _____ e seus anexos, os preceitos do Direito Público, os Decretos Municipais nº 15.913, de 27 de fevereiro de 2024, 15.608, de 31 de março de 2023, 15.595, de 22 de março de 2023, 15.604, de 28 de março de 2023 e 13.735, de 18 de janeiro de 2016, na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) e na Portaria Municipal nº 0186/2024-SEPOG, de 14 de março de 2024, e o que resta disposto no Anexo I- Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para serviços de instalação, desinstalação e manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado, com eventuais substituições de peças/acessórios, a fim de atender às necessidades dos órgãos e entidades do Município de Fortaleza, nas condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital.

2.2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1. O Termo de Referência do Edital;

2.3.2. O Edital de Licitação do PE n.º ____/20XX;

2.3.3. A Proposta do contratado;

2.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento ao contratado e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no subitem **6.2 do Anexo I - Termo de Referência do Edital**.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. O valor deste contrato será reajustado anualmente, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O reajuste será calculado a partir de 09/05/2025, data da assinatura do orçamento estimado pelo setor competente.

6.1.1. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

6.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO OBJETO

7.1. O regime de execução contratual, assim como os prazos e condições de conclusão, local e forma/meio de entrega, regras de aceitação, recebimento provisório e definitivo, do objeto encontram-se definidos no item **2.10 do Anexo I - Termo de Referência do Edital**.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos do (ORGÃO), consignadas às dotações orçamentárias que foram discriminadas no subitem **9.1 do Anexo I - Termo de Referência do Edital**.

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

9.1. A critério da autoridade competente, bem como em razão do histórico de contratações anteriores do mesmo objeto e a inexistência de registro de problemas de interrupções na execução contratual, não será exigida a garantia contratual da execução, nos moldes do art. 96 da Lei n. 14.133/2021.

9.2. Os riscos inerentes à contratação e as respectivas tratativas foram apontados no Estudo Técnico Preliminar.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

10.2. Fornecer ao **CONTRATANTE** o comprovante de execução de serviço contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome do cliente;

II - endereço do imóvel;

III - praga(s) alvo e/ou sanitização e desinfecção, se for o caso;

IV - data de execução dos serviços;

V - Prazo de garantia do serviço;

VI - grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s)/registro na ANVISA;

VII - nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);

VIII - orientações pertinentes ao serviço executado;

IX - nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;

X - identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.

10.3. Manter-se, durante toda a execução contratual, compatível com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação.

10.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no art. 125, da Lei nº 14.133/2021, tomando-se por base o valor contratual.

10.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

10.6. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

10.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.8. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

10.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

10.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.11. Manter, durante todo o período de vigência da Ata/Contrato a ser firmado, um preposto aceito pela Contratante para representação da licitante vencedora sempre que for necessário e comunicar por escrito à Contratante qualquer mudança de endereço ou telefone de contato.

10.12. Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

10.13. Os produtos utilizados deverão ser de primeira qualidade e apropriados.

10.14. A Contratada deverá dar, além do prazo durante as aplicações, um prazo final de garantia de 90 (noventa) dias após a última aplicação, no caso de dedetização.

10.15. A Contratada deverá aplicar dentro do período de garantia tantas corretivas forem necessárias para corrigir as possíveis aparições de insetos e pragas.

10.16. As chamadas para o pronto atendimento de correção (aplicação corretiva) ou de reforço não implicarão qualquer ônus adicional ao contrato.

10.17. Concluída a manutenção, a área deverá ser entregue limpa e desimpedida de quaisquer entulhos, equipamentos e/ou restos de materiais.

10.18. Providenciar a substituição de qualquer empregado que esteja a serviço da contratante, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

10.19. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

10.20. Executar os serviços de que trata a cláusula primeira do contrato, por meio de seus empregados, devidamente identificados, usando equipamentos de proteção individual na execução dos serviços de acordo com a necessidade de cada ambiente;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



10.21. Os serviços serão prestados sob inteira responsabilidade da contratada de forma tal que não venham gerar vínculo empregatício entre a contratante e a contratada.

10.22. É de responsabilidade da CONTRATADA estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que se tratar da manipulação dos dados da Contratante e de terceiros, em sua criptografia, armazenamento e demais tratativas resguardando os dados utilizados.

10.23. Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de dados – LGPD (13.709/2018), contidos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados à CONTRATANTE, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informações, decorrentes de ação dolosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, ocasionados à CONTRATANTE ou terceiros.

10.24. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATADA com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

10.25. A CONTRATADA se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares das pessoas naturais vinculadas à CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas nos incisos II a X do art. 7º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Solicitar a execução dos serviços à CONTRATADA, por meio da emissão de Ordem de serviço, após a emissão de empenho.

11.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

11.3. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 que trata da proteção dos dados pessoais, a CONTRATANTE se obriga a dar ciência prévia à CONTRATADA quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

11.4. A CONTRATANTE se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais das titulares pessoas naturais vinculadas à CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas nos incisos II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

11.5. Fiscalizar a execução do objeto contratual por meio de sua unidade competente, podendo, em decorrência disso, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

11.6. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

11.7. Documentar as ocorrências havidas.

11.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA e que sejam necessários à execução do Contrato.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- 11.9.** Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas no instrumento contratual.
- 11.10.** Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.
- 11.11.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, em conformidade com o Edital e seus anexos.
- 11.12.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como no Decreto Municipal nº 15.604/2023, e, por fim, as condições estabelecidas no instrumento contratual.
- 11.13.** Cientificar os órgãos responsáveis para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado, nos moldes previstos do art. 17 do Decreto Municipal nº 15.604/2023.
- 11.14.** A Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, para emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 11.15.** Em caso de solicitação do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no que pertine ao instrumento contratual, este será respondido pelos órgãos e entidades contratantes, no prazo estipulado no próprio documento, conforme o que preceitua o art. 92, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021.
- 11.16.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 11.17.** Elaborar plano de trabalho para execução dos serviços de dedetização, de acordo com as necessidades do órgão/entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução do objeto da presente contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou equipe de fiscalização, especialmente designada para esse fim, conforme o art. 7º a 8º do Decreto nº 15.524/2023 e à luz do disposto no art. 117 da Lei 14.133/2021, nos termos descritos e detalhados do Termo de Referência anexo.

12.2. O modelo de gestão e fiscalização do contrato seguirão as regras constantes do **Anexo I - Termo de Referência do Edital.**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, nos termos do art. 122, §2º da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal n. 15.604/2023, o licitante que praticar ato ilícito, especialmente quando:

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- 14.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 14.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 14.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 14.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra, caso seja solicitada pela Administração Pública;
- 14.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 14.1.2.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.2.7.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.2.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 14.1.2.9.** Fraudar a licitação;
- 14.1.2.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 14.1.2.11.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 14.1.2.12.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 14.1.2.13.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 14.1.2.14.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 14.1.2.15.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013

14.2. O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o devido processo legal, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados pelas infrações administrativas praticadas contra a Administração Pública municipal direta e indireta do Município de Fortaleza.

14.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I - Advertência

II - Multa

III - Impedimento de licitar e contratar

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

14.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

14.4. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - Descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave; ou

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

14.5. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a)** Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do subitem 14.4.
- b)** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - De 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

- a)** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado
- b)** Não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c)** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

- a)** Der causa à inexecução total do contrato;
- b)** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c)** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e)** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



§3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§4º Na aplicação da sanção prevista no caput do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§5º Se a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

§6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§9º Decorrido o prazo previsto no § 8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

14.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documento fiscal.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Anexo I - Termo de Referência.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a, inciso I do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, ou que cause grave dano à Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - Der causa à inexecução total do contrato;

III - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Parágrafo único. A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o imputado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Fortaleza, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou

V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º A sanção de declaração de inidoneidade prevista no caput deste artigo também será aplicada nas infrações administrativas do artigo 15 do Decreto Municipal nº 15.604/2023 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

§ 2º A sanção prevista no subitem 14.8 impedirá o imputado de licitar ou contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 3º A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta deverá ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade superior.

14.9. O pagamento das multas não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações porventura cometidas, inclusive pela inobservância do disposto na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), **na forma abaixo estipuladas:**

14.9.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada ao CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da **CONTRATADA**, quando for o caso.

14.9.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da **CONTRATADA**, quando for o caso.

14.10. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes, salvo quando houver previsibilidade de prorrogação.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



15.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, ocorrendo essa ocasião na hipótese da próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

15.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137, da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.2.1. O contrato também poderá ser extinto com base nas hipóteses trazidas pelos artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

15.2.2. A alteração no quadro societário, ou a modificação da finalidade, ou da estrutura da empresa, não ensejará a rescisão contratual, caso não venha a restringir a sua capacidade de execução do objeto.

15.2.2.1. Em caso de alteração de razão social, ou da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

15.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.3.3. Indenizações e multas.

15.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese na qual poderá ser realizado o pagamento apurado por meio de termo indenizatório.

15.5. Poderá ocorrer a extinção do contrato caso se constate que o contratado mantém vínculo com dirigente ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou na fiscalização do contrato, nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

17.1. A contratada deve observar e fazer observar por seus fornecedores e prestadores de serviços, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

17.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

17.2.1. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



17.2.2. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

17.2.3. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

17.2.4. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

17.2.5. “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

17.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

17.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. Qualquer alteração contratual deverá ser realizada mediante termo aditivo ao presente contrato, inclusive com instrução, pareceres, avaliação do impacto orçamentário e decisão motivada, excetuando-se as hipóteses previstas no art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. A eficácia do contrato fica condicionada à publicação e divulgação integral no PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, nos moldes e prazos estabelecidos nos artigos 91, caput, 94 e 174 da Lei nº 14.133/2021, podendo ainda ser realizada a devida publicação no Diário Oficial do Município – DOM.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito, de força maior ou omissos.

20.1.1. Para os casos previstos no “caput” desta cláusula, a CONTRATANTE poderá atribuir a uma comissão, por este designada por portaria, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

20.1.2. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão da CONTRATANTE, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

20.1.3. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração no endereço ou no telefone da empresa.

20.1.4. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro do Município de Fortaleza do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa ou por meio da conciliação e mediação, nos moldes do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, o qual, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante)
CONTRATANTE

(nome do representante)
CONTRATADO(A)

(nome da testemunha1) RG: CPF:	(nome da testemunha 2) RG: CPF:
--------------------------------------	---------------------------------------

Visto: (Nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ANEXO V - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

ORDEM DE FORNECIMENTO Nº /20__

Nº CONTRATO	CONTRATADA	CNPJ
OBJETO DO CONTRATO:		
ESCOPO DA ORDEM DE FORNECIMENTO: Descrição do objeto, conforme descrito abaixo:		
Item	Especificação do grupo	Qtd Vr Unitário Vr Total R\$ R\$
TOTAL		R\$
LOCAL DE ENTREGA:		
VALOR DA ORDEM DE SERVIÇO:		
VALOR GLOBAL DO CONTRATO:		
PRAZO DE ENTREGA: Serão obedecidos os prazos estabelecidos no Anexo I – Termo de Referência		

Pela presente ORDEM DE FORNECIMENTO fica a empresa, autorizada a fornecer o serviço objeto do contrato nº /20__, processo nº /20__ discriminado nesta OF.

Fortaleza, de de 20__

Matrícula nº
Coordenador Administrativo-Financeiro
ÓRGÃO / ENTIDADE

EMPRESA
CONTRATADA

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO

(NOME DA LICITANTE), declara, para os devidos fins que como licitante observará e, eventualmente contratado observará e fará observar pelos fornecedores e prestadores de serviços, a prática do mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos desta declaração, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Local e Data

Licitante

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

**ANEXO VII – RELAÇÃO DOS CÓDIGOS DO CATSER UTILIZADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA**

ITEM	CÓD CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE
1	3492	Ar condicionado - manutenção de aparelhos de parede	serviço (serv)
2	3492	Ar condicionado - manutenção de aparelhos de parede	serviço (serv)
3	3492	Ar condicionado - manutenção de aparelhos de parede	serviço (serv)
4	3492	Ar condicionado - manutenção de aparelhos de parede	serviço (serv)
5	3492	Ar condicionado - manutenção de aparelhos de parede	serviço (serv)
6	3492	Ar condicionado - manutenção de aparelhos de parede	serviço (serv)
7	3492	Ar condicionado - manutenção de aparelhos de parede	serviço (serv)
8	3492	Ar condicionado - manutenção de aparelhos de parede	serviço (serv)
9	3492	Ar condicionado - manutenção de aparelhos de parede	serviço (serv)
10	3492	Ar condicionado - manutenção de aparelhos de parede	serviço (serv)
11	3492	Ar condicionado - manutenção de aparelhos de parede	serviço (serv)
12	3492	Ar condicionado - manutenção de aparelhos de parede	serviço (serv)
13	2020	Ar condicionado - instalação/montagem/desmontagem/remoção - (parede / sistemas)	serviço (serv)
14	2020	Ar condicionado - instalação/montagem/desmontagem/remoção - (parede / sistemas)	serviço (serv)

***Havendo divergência entre a especificação dos códigos catalogados no COMPRASGOV e o disposto nas especificações do Edital e no Termo de Referência, prevalecerão as disposições do Edital e seu Termo de Referência.**

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

**ANEXO VIII - RELAÇÃO DOS CÓDIGOS DO CATÁLOGO DA PMF UTILIZADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA**

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE
1	3577829	MANUTENÇÃO PREVENTIVA AR CONDICIONADO JANELEIRO DE 7.000 A 30.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)
2	3577830	MANUTENÇÃO CORRETIVA AR CONDICIONADO JANELEIRO DE 7.000 A 30.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)
3	3577832	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SPLIT CASSETE DE 15.000 A 48.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)
4	3577833	MANUTENÇÃO CORRETIVA SPLIT CASSETE DE 15.000 A 48.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)
5	3577834	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SPLIT PISO TETO DE 12.000 A 240.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)
6	3577835	MANUTENÇÃO CORRETIVA SPLIT PISO TETO DE 12.000 A 240.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)
7	3577836	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SPLIT HI-WALL DE 7.000 A 60.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)
8	3577837	MANUTENÇÃO CORRETIVA SPLIT HI-WALL DE 7.000 A 60.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)
9	3577838	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE UTA - UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR.	SERVIÇO (SERV)
10	3577839	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE UTA - UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR.	SERVIÇO (SERV)
11	3577840	MANUTENÇÃO PREVENTIVA MULTISPLIT - SISTEMA VRF.	SERVIÇO (SERV)
12	3577841	MANUTENÇÃO CORRETIVA MULTISPLIT - SISTEMA VRF.	SERVIÇO (SERV)
13	3598344	SERVIÇO INSTALAÇÃO APARELHO CONDICIONADO (JANELEIRO, SPLIT CASSETE, SPLIT HI-WALL, SPLIT PISO TETO, ENTRE OUTROS MODELOS) COM RECARGA DE GÁS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS.	SERVIÇO (SERV)
14	3600124	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO (JANELEIRO, SPLIT CASSETE, SPLIT HI-WALL, SPLIT PISO TETO ENTRE OUTROS MODELOS) COM FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS.	SERVIÇO (SERV)

***Havendo divergência entre a especificação dos códigos catalogados no COMPRASGOV e o disposto nas especificações do Edital e no Termo de Referência, prevalecerão as disposições do Edital e seu Termo de Referência.**

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

**ANEXO IX - JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E COOPERATIVA****Processo: P372105/2024****Objeto: Registro de preços dos serviços de instalação, desinstalação e manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado, com eventuais substituições de peças/acessórios, a fim de atender as necessidades dos órgãos e entidades do Município de Fortaleza.**

Trata-se de justificativa referente à vedação à participação de empresas enquadradas nas modalidades de consórcio e cooperativa, para o **registro de preços dos serviços de instalação, desinstalação e manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado, com eventuais substituições de peças/acessórios, a fim de atender as necessidades dos órgãos e entidades do Município de Fortaleza.**

Acerca dos consórcios, cumpre ressaltar que a admissão ou veto de formação de consórcio em certame licitatório, foi conferido ao ente administrativo, permitir ou não tal condição no instrumento convocatório, por força do art. 15 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Tal decisão é resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado, em razão do objeto a ser licitado, sendo verificado, por exemplo, a pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto, visando o atendimento ao interesse público.

No caso em apreço, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, pois o objetivo da constituição de consórcios é a união de esforços de mais de uma empresa para realizar determinada empreitada, impregnada de questões de alta complexidade ou de relevante vulto. Para a presente aquisição é patente a variedade no mercado de empresas de diversos portes que vendem os materiais em tela. Corroborando esta tese, o prof. Marçal Justen Filho, in comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13, ed; 2009, pág. 47 e 477, leciona que:

[...] Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta riscos da dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa. O consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados, em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição. Mas o consórcio também pode prestar-se a resultados positivos e compatíveis com a ordem jurídica. Há hipóteses em que as circunstâncias de mercado e (ou) complexidade do objeto tornam problemática a competição. Isso se passa quando grande quantidade de empresas, isoladamente não dispuserem de condições para participar de licitações. Nesse caso, o instituto do consórcio é a via adequada para propiciar ampliação do universo de participantes.

É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcios quando as dimensões ou a complexidade do objeto ou das circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses em que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para a licitação.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Ainda sobre o tema, a jurisprudência do TCU em assentado que fica a cargo da discricionariedade do gestor, a decisão de admitir ou não a participação de empresas organizadas em consórcios na licitação, vejamos:

*[...] abstenha-se de prever em cláusulas editalícias tão somente a participação única, exclusiva e obrigatória de empresas em consórcio, pois pode prejudicar a competitividade da licitação, em desacordo com o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e com o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993[...]***Acórdão 1711/2017 Plenário, Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo.**

Acerca das Cooperativas, por sua vez, atestamos que permitir a participação das mesmas representaria desrespeitar o Princípio Constitucional da Eficiência, previsto no Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, considerando que todo e qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e consequente anuência, de todos os cooperados dificultando, ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido.

**ANEXO X - JUSTIFICATIVA DA NÃO DESTINAÇÃO DE COTA RESERVADA E AMPLA CONCORRÊNCIA**

Processo: P372105/2024

Objeto: Registro de preços dos serviços de instalação, desinstalação e manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado, com eventuais substituições de peças/acessórios, a fim de atender as necessidades dos órgãos e entidades do Município de Fortaleza.

O Município de Fortaleza, através da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, vem apresentar justificativa acerca da destinação de grupos exclusivos, somente para cota reservada e ampla concorrência referente as microempresas e empresas de pequeno porte na presente licitação no **Edital nº 10606**, cujo objeto é o **registro de preços dos serviços de instalação, desinstalação e manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado, com eventuais substituições de peças/acessórios, a fim de atender as necessidades dos órgãos e entidades do Município de Fortaleza, nos termos da legislação vigente e do documento de formalização da demanda presente nos autos, em conformidade com as condições, as especificações, as quantidades e as exigências contidas no estudo técnico preliminar e no termo de referência.**

Visando boas ações municipais de gestão e a promoção do desenvolvimento econômico e social, através da ampliação da participação de MEI, ME e EPP em licitações, bem como regulamentar o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para estas, fixado na Lei Complementar nº 123/2006, o Município de Fortaleza editou a Lei nº 10.350/2015 – Estatuto do Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de pequeno porte, na qual dispõe:

Art. 30 - A Administração Pública Municipal deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempreendedores individual, microempresas e empresas de pequeno porte, nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 33 - A Administração Pública Municipal deverá estabelecer, em certames para a aquisição de bens e serviços de **NATUREZA DIVISÍVEL**, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.

Assim, nas contratações cujo valor não exceda a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) deverá ser realizado um processo licitatório com **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA** de MEI/ME/EPP, sendo-lhes destinado ainda uma **COTA RESERVADA** de até 25% (vinte e cinco por cento) nas demais contratações.

Esclareça-se que somente será destinada **COTA RESERVADA** para MEI/ME/EPP em certames para aquisição de bens e serviços de **NATUREZA DIVISÍVEL**, assim considerados aqueles que podem ser adquiridos separadamente sem prejuízo do resultado ou qualidade final do serviço. De outra sorte, bens e serviços de natureza não divisível são aqueles que obrigam sua aquisição por itens ou por preço global, determinando aos licitantes que ofereçam suas propostas para a totalidade do objeto; se comprados separadamente prejudicarão o resultado esperado pela Administração.

No caso em tela, tem-se que o serviço a ser licitado possui natureza singular e a sua divisão implicaria na impossibilidade de execução dos serviços de instalação, desinstalação e manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado, com eventuais substituições de peças/acessórios, de modo

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



coordenado de acordo com a necessidade dos contratantes, pois envolve vários órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF, e de singular relevância para a Administração.

Em outras palavras, os serviços especificados devem funcionar de modo integrado por apenas uma empresa, garantindo que seja possibilitado ao fornecedor a execução e suporte no ambiente completo por ele ofertado, garantindo um bom resultado do serviço prestado.

Por tais motivos, eventual fracionamento do objeto, decerto, prejudicaria a execução do serviço, considerando a existência de mais de um Contrato com o mesmo objeto, no mesmo órgão ou entidade operando com o mesmo serviço.

Destarte, pode-se afirmar ser tecnicamente inadequado o seu desmembramento além do proposto, sob pena de não se atender o objetivo buscado pela SEPOG, nos termos em que demonstra o art. 40, §3º da Lei 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

- I - condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;
- II - processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;
- III - determinação de unidades e quantidades a serem adquiridas em função de consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas, admitido o fornecimento contínuo;
- IV - condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material;

V - atendimento aos princípios:

a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

(...)

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Diante do exposto, e em atendimento a legislação supramencionada, justifica-se a não destinação de cota reservada MEI/ME/EPP tendo em vista tratar-se de um serviço de natureza indivisível, cuja contratação em separado prejudicaria o resultado ou sua qualidade final, mantendo-se, porém, os demais benefícios instituídos na LC nº 123/2006, LC nº 147/14, Lei Municipal nº 10.350/2015 e Decreto Municipal 13.735/2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ANEXO XI - JUSTIFICATIVA DE UTILIZAÇÃO DE ÍNDICES PARA COMPROVAÇÃO DA BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS LICITANTES

Processo: P372105/2024

Objeto: Registro de preços dos serviços de instalação, desinstalação e manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado, com eventuais substituições de peças/acessórios, a fim de atender as necessidades dos órgãos e entidades do Município de Fortaleza.

A presente licitação tem por objeto **registro de preços dos serviços de instalação, desinstalação e manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado, com eventuais substituições de peças/acessórios, para atender às necessidades dos órgãos e de entidades da Prefeitura Municipal de Fortaleza.**

A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública, busca garantir a eficiência, a economicidade e a transparência no processo licitatório. Entre os mecanismos previstos para assegurar que as licitantes possuam capacidade técnica e financeira para executar os contratos, destaca-se a possibilidade de utilização de índices financeiros como critério de habilitação. Tal previsão está embasada no art. 67, inciso II, da referida legislação, que admite a adoção de parâmetros objetivos para avaliar a situação econômico-financeira das empresas.

Nesse contexto, tendendo ao que preconiza a Súmula nº 289 do Tribunal de Contas da União, no instrumento convocatório, deverá ser utilizado para critério de aferimento da boa saúde financeira das licitantes, com vistas a assegurar a capacidade econômico financeira suficiente para garantir a execução contratual.

As exigências utilizadas, estão dispostas no rol do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, vejamos:

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;
- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG)

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a longo prazo}} \geq 1,0$$

OU

III - Liquidez Corrente (LC)

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,0$$

OU

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

**II - Solvência Geral (SG)**

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a longo prazo}} \geq 1,0$$

No caso em tela, a Administração Pública, ao exigir esses índices, visa dar maior amplitude ao procedimento, possibilitando o credenciamento do maior número de interessadas, uma vez que não há de se falar em concorrência para o rito adotado, demonstrando uma situação equilibrada, sem colocar em risco a execução dos serviços contratualizados, a saber:

- O índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento do interessado a longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a mesma não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas a longo prazo, o que pode comprometer a continuidade de suas atividades;
- O índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade de pagamento a curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que o estabelecimento não possui recursos financeiros para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade de suas atividades;
- O índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a pessoa jurídica dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO de 10 % (dez por cento) do valor total estimado da contratação, devidamente comprovado através da apresentação do balanço patrimonial, exigência esta que encontra amparo no §4º do art. 69, da Lei 14.133/2021.

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

A adoção desses índices não viola legislação pátria, uma vez que não se vinculam à rentabilidade ou lucratividade, prestando-se tão somente à aferição da equilibrada situação financeira, constituindo-se em segurança para a Administração, sendo compatíveis com a complexidade exigida no objeto, em estrita consonância com a Lei nº 14.133/2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

**ANEXO XII - JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA ADOÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO POR GRUPO****Processo: P372105/2024****Objeto: Registro de preços dos serviços de instalação, desinstalação e manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado, com eventuais substituições de peças/acessórios, a fim de atender as necessidades dos órgãos e entidades do Município de Fortaleza.**

Tem-se que as licitações sejam por feitas com critério de julgamento por item, a fim de preservar a competitividade e fomentar a livre iniciativa, previstos, respectivamente, no art. 5º da Lei nº 14.133/21 e art. 1º, IV da CRFB/88. Todavia, esse procedimento pode causar incomensuráveis prejuízos ao conjunto ou ao complexo da licitação (questões técnicas) e/ou à economia de escala (questões econômicas).

Conforme estipulado pelo art. 40, Inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133/21, é imperativo observar o denominado "princípio do parcelamento" no processo de planejamento de compras, sempre que isso for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Dessa forma, na hipótese em que se comprove a possibilidade técnica de dividir o quantitativo desejado para aquisição, a Administração tem a obrigação de proceder ao parcelamento, com o intuito de ampliar a participação de licitantes que, embora possam não dispor de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo em relação a itens ou a unidades autônomas.

Do ponto de vista da eficiência técnica, a divisão por grupos mantém a qualidade na execução do objeto, haja vista que o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de um mesmo administrador. Assim, tem-se por vantagem aferível, o maior nível de controle pela Administração na entrega e na conferência dos serviços, a maior interação entre as diferentes fases da execução do objeto, a maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido e na observância dos prazos, concentração da responsabilidade pela execução do objeto em uma só pessoa e concentração da garantia dos resultados.

No caso em tela, a Administração Pública em seu notório poder discricionário em relação aos outros produtos desta licitação, entendeu por agrupá-los, uma vez que os itens agrupados guardam compatibilidade entre si de modo a manter a competitividade necessária à disputa. Vejamos:

ITEM	CÓDIGO PMF	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANT. DE SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO DO SERVIÇO	VALOR TOTAL
GRUPO 01							
1	3577829	3492	MANUTENÇÃO PREVENTIVA AR CONDICIONADO JANELEIRO DE 7.000 A 30.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)	1.124	291,8600	328.050,64

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕESRua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



2	3577830	3492	MANUTENÇÃO CORRETIVA AR CONDICIONADO JANEIRO DE 7.000 A 30.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)	1.199	291,8600	349.940,14
VALOR DO GRUPO							677.990,78
GRUPO 02							
3	3577832	3492	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SPLIT CASSETTE DE 15.000 A 48.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)	1.594	383,5000	611.299,00
4	3577833	3492	MANUTENÇÃO CORRETIVA SPLIT CASSETTE DE 15.000 A 48.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)	1.500	450,0000	675.000,00
VALOR DO GRUPO							1.286.299,00
GRUPO 03							
5	3577834	3492	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SPLIT PISO TETO DE 12.000 A 240.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)	3.970	386,9800	1.536.310,60
6	3577835	3492	MANUTENÇÃO CORRETIVA SPLIT PISO TETO DE 12.000 A 240.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)	3.264	390,0000	1.272.960,00
VALOR DO GRUPO							2.809.270,60
GRUPO 04							
7	3577836	3492	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SPLIT HI-WALL DE 7.000 A 60.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)	39.288	287,0500	11.277.620,40
8	3577837	3492	MANUTENÇÃO CORRETIVA SPLIT HI-WALL DE 7.000 A 60.000 BTUS.	SERVIÇO (SERV)	34.530	290,0000	10.013.700,00
VALOR DO GRUPO							21.291.320,40
GRUPO 05							
9	3577838	3492	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE UTA - UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR.	SERVIÇO (SERV)	451	871,2000	392.911,20
10	3577839	3492	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE UTA - UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR.	SERVIÇO (SERV)	501	990,0000	495.990,00
11	3577840	3492	MANUTENÇÃO PREVENTIVA MULTISPLIT - SISTEMA VRF.	SERVIÇO (SERV)	2.629	1.025,6600	2.696.460,14
12	3577841	3492	MANUTENÇÃO CORRETIVA MULTISPLIT - SISTEMA VRF.	SERVIÇO (SERV)	2.628	989,0000	2.599.092,00
VALOR DO GRUPO							6.184.453,34
GRUPO 06							

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕESRua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



13	3598344	2020	SERVIÇO INSTALAÇÃO APARELHO CONDICIONADO (JANELEIRO, SPLIT CASSETE, SPLIT HI-WALL, SPLIT PISO TETO, ENTRE OUTROS MODELOS) COM RECARGA DE GÁS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS.	SERVIÇO (SERV)	11.151	1.892,6350	21.104.772,89
14	3600124	2020	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO (JANELEIRO, SPLIT CASSETE, SPLIT HI-WALL, SPLIT PISO TETO ENTRE OUTROS MODELOS) COM FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS.	SERVIÇO (SERV)	11.112	999,9900	11.111.888,88
VALOR DO GRUPO							32.216.661,77
VALOR TOTAL							64.465.995,89

Por fim, quanto à questão econômica, a divisão em grupos se torna mais vantajosa, uma vez que os custos de logística, pessoal entre outros, ficam restritos a um mesmo fornecedor, reduzindo assim o valor final, abrandando os custos.

Nesta seara, destaca-se a Súmula 247/2009 do TCU, a qual faz ressalvas quanto às licitações por itens "*desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala*", ou seja, estando presente quaisquer das hipóteses acima descritas, JUSTIFICA-SE o procedimento por meio do agrupamento de itens.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 - 2º andar • Dionísio Torres • CEP: 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil.
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número NCKMMBVO

Para conferir o original, acesse o site <https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento>, informe o malote 5329314 e código NCKMMBVO

Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: <https://validar.iti.gov.br/>

ASSINADO POR: